



**SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES**

Professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília e no Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL, com sede no Instituto de Políticas Públicas, IPPRI. É coordenadora do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais (CPEA).

# EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DE SABERES NO CAMPO

*soberania alimentar e agroecologia em comunidades tradicionais e assentamentos*

O período pós-pandemia já está em discussão. Dentre os temas que tendem a ganhar maior espaço na agenda de debates progressistas constam o papel do Estado, a crise migratória, a privatização dos bens essenciais à vida, a insustentabilidade do modelo do agronegócio, as mudanças climáticas e a intensificação do uso de tecnologias virtuais nos ambientes de trabalho e estudo. Nesse sentido, é importante que governos, movimentos sociais e a academia reflitam sobre como amenizar os efeitos econômicos da pandemia e ao mesmo tempo considerem a construção de um mundo com mais justiça social e ambiental. Mesmo contendo majoritariamente trabalhos que foram escritos num contexto anterior à pandemia do COVID-19, o presente livro traz salutares contribuições para que possamos refletir sobre a reconstrução das sociedades, superando contradições estruturais do capitalismo nos campos e nas cidades. São 8 capítulos e uma entrevista que versam sobre temas como reforma agrária, políticas alimentares (Agroecologia e soberania alimentar, principalmente), educação em ambiente rural e ensino de Geografia. Muito além de resumir a discussão aos “muros da academia” esses trabalhos trazem reflexões sobre e de dentro dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, aliando teoria e prática.

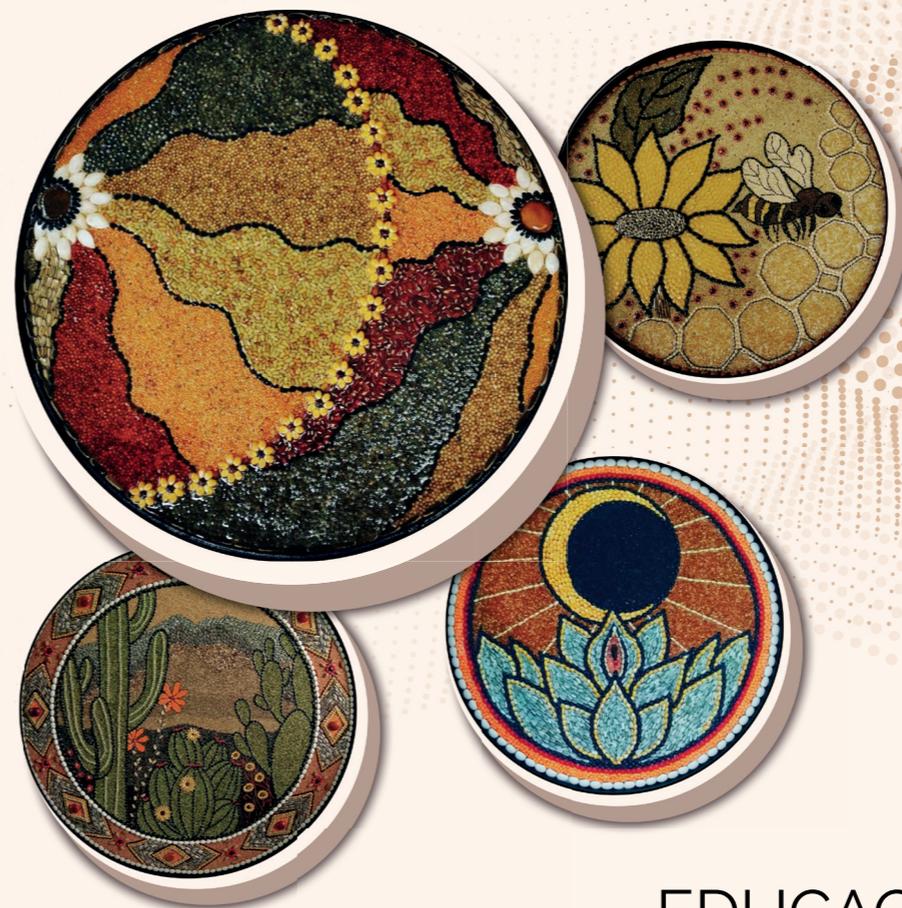
*Estevan L. F. Coca*  
no prefácio



Editora CRV

EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DE SABERES NO CAMPO

SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES  
Organizadora



# EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DE SABERES NO CAMPO

*soberania alimentar e agroecologia em comunidades tradicionais e assentamentos*

SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES  
Organizadora



Este livro traz resultados de projetos de pesquisa realizados em diferentes países: Brasil, Bolívia, Espanha e México. Reafirma a importância do debate sobre os temas Educação, relação cidade-campo e Soberania Alimentar, abordados sob diferentes perspectivas e enfoques. Um primeiro eixo temático discute sobre economia solidária, produção agroecológica e a permanência na terra, como elementos necessários para a construção da Soberania Alimentar. Um segundo eixo temático aborda a formação em agroecologia, a percepção dos estudantes da educação básica sobre a relação rural-urbano e os limites do currículo prescrito.

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes  
(Organizadora)

EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DE  
SABERES NO CAMPO: soberania  
alimentar e agroecologia em comunidades  
tradicionais e assentamentos

Editora CRV  
Curitiba – Brasil  
2020

Copyright © da Editora CRV Ltda.

**Editor-chefe:** Railson Moura

**Diagramação e Capa:** Designers da Editora CRV

**Fotos da Capa:** Maritânia Andreatta Risso (Arte em sementes)/ maritarisso@gmail.com

**Revisão:** Analista de Escrita e Artes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

---

ED24

Educação e produção de saberes no campo: soberania alimentar e agroecologia em comunidades tradicionais e assentamentos / Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes (organizadora) – Curitiba : CRV, 2020.  
210 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-5578-741-2

ISBN Físico 978-65-5578-740-5

DOI 10.24824/978655578740.5

1. Educação 2. Geografia 3. Saberes tradicionais – valorização 4. Soberania alimentar – nutricional 5. Inovação social 6. Tecnologias sociais I. Fernandes, Sílvia Aparecida de Sousa. org. II. Título III. Série

CDU 37.018.51

CDD 370.91734

---

Índice para catálogo sistemático

1.Educação no campo 370.91734

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL

EM FORMATO DIGITAL.

CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2020

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: [www.editoracrv.com.br](http://www.editoracrv.com.br)

## **Conselho Editorial: Comitê Científico:**

- Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)  
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)  
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)  
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)  
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)  
Carlos Federico Domínguez Avila (Unieuro)  
Carmen Tereza Velanga (UNIR)  
Celso Conti (UFSCar)  
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional  
Três de Febrero – Argentina)  
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)  
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)  
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)  
Élsio José Corá (UFS)  
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)  
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)  
Gloria Fariñas León (Universidade  
de La Havana – Cuba)  
Guillermo Arias Beatón (Universidade  
de La Havana – Cuba)  
Helmuth Krüger (UCP)  
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)  
João Adalberto Campato Junior (UNESP)  
Josania Portela (UFPI)  
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)  
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)  
Lourdes Helena da Silva (UFV)  
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)  
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)  
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)  
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)  
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)  
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)  
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)  
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)  
Simone Rodrigues Pinto (UNB)  
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)  
Sydione Santos (UEPG)  
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)  
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)
- Altair Alberto Fávero (UPF)  
Ana Chrystina Venancio Mignot (UERJ)  
Andréia N. Militão (UEMS)  
Anna Augusta Sampaio de Oliveira (UNESP)  
Barbara Coelho Neves (UFBA)  
Cesar Gerónimo Tello (Universidad Nacional  
de Três de Febrero – Argentina)  
Diosnel Centurion (Univ Americ. de Asunción – Py)  
Eliane Rose Maio (UEM)  
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)  
Fauston Negreiros (UFPI)  
Francisco Ari de Andrade (UFC)  
Gláucia Maria dos Santos Jorge (UFOP)  
Helder Buenos Aires de Carvalho (UFPI)  
Ilma Passos A. Veiga (UNICEUB)  
Inês Bragança (UERJ)  
José de Ribamar Sousa Pereira (UCB)  
Jussara Fraga Portugal (UNEB)  
Kilwangy Kya Kapitango-a-Samba (Unemat)  
Lourdes Helena da Silva (UFV)  
Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira (UNIVASF)  
Marcos Vinicius Francisco (UNOESTE)  
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)  
Maria Eurácia Barreto de Andrade (UFRB)  
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)  
Mohammed Elhajji (UFRJ)  
Mônica Pereira dos Santos (UFRJ)  
Najela Tavares Ujiic (UTFPR)  
Nilson José Machado (USP)  
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)  
Sílvia Regina Canan (URI)  
Sonia Maria Ferreira Koehler (UNISAL)  
Suzana dos Santos Gomes (UFMG)  
Vânia Alves Martins Chaigar (FURG)  
Vera Lucia Gaspar (UDESC)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

# AGRADECIMENTO

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTI pelo apoio financeiro ao projeto de pesquisa e publicação do livro.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	11
<i>Estevan L. F. Coca</i>	
APRESENTAÇÃO .....	15
<i>Silvia Aparecida de Sousa Fernandes</i>	
CAPÍTULO 1	
O CARÁTER HISTÓRICO DA PRODUÇÃO TERRITORIAL DO NOVO OESTE PAULISTA: o caso da TI Vanuíre, em Icatu, SP, e dos assentamentos Reunidas e Dandara, em Promissão, SP .....	19
<i>Paulo Eduardo Teixeira</i> <i>Mário José Dias de Lima</i>	
CAPÍTULO 2	
ECONOMÍA SOLIDARIA EN RED. UNA EXPERIENCIA DE ARTICULACIÓN MULTIACTORAL PARA EL CUIDADO DE NUESTRO TERRITORIO EN XALAPA, MÉXICO .....	57
<i>Loni Hensler</i> <i>Laura Jarri</i> <i>Ingrid Estrada Paulim</i> <i>Rossana Castellanos</i> <i>Emilia Lucero Rodriguez</i> <i>Margarita Cruces</i> <i>Juliana Merçon</i>	
CAPÍTULO 3	
CARAVANA QUILOMBOLA DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NOS TERRITÓRIOS NEGROS DA ZONA DA MATA MINEIRA: saberes da experiência e diálogos de saberes que nos aquilombam em caravanas .....	77
<i>Marilda Teles Maracci</i> <i>Roberta Brangioni Fontes</i> <i>Julius Keniata Nokomo Alves Silva</i> <i>Isabela Leão Ponce Pasini</i>	
CAPÍTULO 4	
GRUPO DE CONSUMO RESPONSÁVEL E A SOBERANIA ALIMENTAR: o caso do Grupo de Consumo Responsável Rural Urbano da Associação Oeste de Diadema .....	101
<i>Vinícius Tadeu do Carmo</i> <i>Silvia Aparecida de Sousa Fernandes</i>	

CAPÍTULO 5	
PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO TERRITÓRIO DE ASSENTAMENTO ROSA LUXEMBURGO, AGUDOS, SP .....	117
<i>Rogério Gomes</i>	
<i>Noemia Ramos Vieira</i>	
CAPÍTULO 6	
EL MEDIO RURAL Y SU REPRESENTACIÓN ESCOLAR EN LA PROVINCIA DE VALENCIA (ESPAÑA): obstáculos para la innovación en Educación Secundaria.....	133
<i>Diego García Monteagudo</i>	
CAPÍTULO 7	
QUEM TEM OFÍCIO, TEM BENEFÍCIO? A BNCC E SUAS RIMAS .....	153
<i>Pedro Paulo Lima Barbosa</i>	
CAPÍTULO 8	
QUESTÃO AGRÁRIA, COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA: um resgate dos cursos de extensão em Agroecologia nos assentamentos paulistas da Reforma Agrária .....	177
<i>Iara Milreu Lavratti</i>	
<i>Bruno Michel da Costa Mercúrio</i>	
<i>João Henrique Souza Pires</i>	
ENTREVISTA	
AGROECOLOGIA E COSMOVISÃO INDÍGENA .....	197
<i>José Manuel Freddy Delgado Burgoa</i>	
<i>Silvia Aparecida de Sousa Fernandes</i>	
ÍNDICE REMISSIVO .....	201
SOBRE OS AUTORES .....	205

# PREFÁCIO

*Estevan L. F. Coca*

---

O ano de 2020 tem sido marcado pela pandemia do COVID-19, que além de uma crise sanitária, também tem evidenciado os limites do projeto de globalização neoliberal, fortemente dependente das cadeias globais de valor; da “livre” circulação de pessoas, dinheiro e mercadorias e da precarização do trabalho. Por mais que seja controverso afirmar que o capitalismo é o responsável pela crise pandêmica, não se pode negar que suas contradições a tem agravado. Isso porque, esse modo de produção tem seguido uma trágica dinâmica de concentração da riqueza, não sendo capaz de garantir os Direitos Humanos Fundamentais. No campo, ao mesmo tempo em que grandes corporações ampliam sua hegemonia, controlando desde a produção até a comercialização dos alimentos, milhões de famílias camponesas são forçadas a migrar para os centros urbanos por não conseguirem se integrar aos mercados. Nas cidades, crescem o desemprego, a informalidade, a violência, a construção de moradias precárias, o trânsito caótico etc. Como o combate ao COVID-19 tem gerado mudanças econômicas, a exemplo do fechamento temporário ou o funcionamento em menor escala e horários reduzidos de empresas, além do fato de não serem todos os governos hábeis em implementar políticas de proteção social aos mais pobres, existe uma clara tendência de que a pandemia acentue essas contradições estruturais do capitalismo.

O período pós-pandemia já está em discussão. Por mais que ainda existam alguns governantes populistas (especialmente os de direita) que neguem os impactos do vírus, tem sido quase que consensual o reconhecimento de que as sociedades precisarão se reorganizar de modo drástico para lidar com o fato de que o mundo em que vivíamos não existirá mais da mesma forma. Tal aceção tem se tornado quase que um jargão, porém, remete a uma situação que não apresenta outros caminhos a não ser pensar em modelos diferentes de organização das sociedades. Isso exigirá não apenas a implementação de medidas pragmáticas, mas um profundo processo de reflexão sobre nossos valores humanos. Refletir sobre como tem se dado nossa relação com a natureza e com nossos semelhantes torna-se um imperativo. Dentre os temas que tendem a ganhar maior espaço na agenda de debates progressistas constam o papel do Estado, a crise migratória, a privatização dos bens essenciais à vida, a insustentabilidade do modelo do agronegócio, as mudanças climáticas e a intensificação do uso de tecnologias virtuais nos ambientes de trabalho e estudo. Nesse sentido, é importante que governos, movimentos sociais e a academia reflitam sobre como amenizar os efeitos econômicos da pandemia e ao mesmo tempo considerem a construção de um mundo com mais justiça social e ambiental.

Mesmo contendo majoritariamente trabalhos que foram escritos num contexto anterior à pandemia do COVID-19, o presente livro traz salutares contribuições para que possamos refletir sobre a reconstrução das sociedades, superando contradições

estruturais do capitalismo nos campos e nas cidades. São 9 capítulos, dentre eles uma entrevista, que versam sobre temas como reforma agrária, políticas alimentares (Agroecologia e soberania alimentar, principalmente), educação em ambiente rural e ensino de Geografia. Muito além de resumir a discussão aos “muros da academia” esses trabalhos trazem reflexões sobre e de dentro dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, aliando teoria e prática. Fica evidente que pensar num mundo diferente exige sim, disputar o Estado, porém, deve-se ir além dele, reconhecendo a potencialidade transformadora das políticas geradas “de baixo pra cima”.

O tema mais recorrente nesses trabalhos é o das políticas alimentares. A importância desse enunciado reside no fato de que o capitalismo não tem sido capaz de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada. Na atualidade predomina de modo cruel e devastador o regime alimentar corporativo, responsável pela mercantilização da comida e a conseqüente acentuação do flagelo da fome. Importantes gêneros alimentícios têm os seus preços definidos pela movimentação das bolsas de valores, ao passo que grandes bolsões de fome se consolidam em regiões como a África Subsaariana e o Oriente Médio. Ou seja, pensando nas políticas alimentares, é importante ressaltar que a pandemia emergiu num contexto em que já existia uma grande quantidade de pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Apesar dessa crise alimentar ser motivada também por fatores como guerras civis e as mudanças climáticas, sua principal causa é a consolidação de grandes “impérios corporativos” que controlam as diversas escalas e processos dos sistemas agroalimentares. É fulgurante que a fome é gerada por processos políticos e econômicos. Com a pandemia tal contexto tende a se tornar ainda mais problemático, haja vista que a diminuição dos fluxos globais pode colocar em evidência que muitos países não possuem estoques públicos suficientes para garantir a segurança e soberania alimentar da sua população, pois dependem do comércio internacional.

Contudo, dos movimentos socioterritoriais camponeses, especialmente aqueles que são vinculados à Via Campesina, têm partido estratégias contra hegemônicas, demonstrando que a mesma globalização que produz e é produzida pelo regime alimentar corporativo, também permite a internacionalização das lutas por um modelo de agricultura e alimentação com maior apelo social. Dentre as principais proposições alternativas constam a soberania alimentar e a Agroecologia. Muito além de um novo paradigma produtivo, elas representam novas propostas de relação entre as sociedades e o alimento, contribuindo para a busca pela superação da falha metabólica do capital.

A soberania alimentar defende que cada povo controle suas políticas alimentares, dependendo o mínimo possível do comércio internacional, além de priorizar camponeses e indígenas como provedores de alimentos. Isso exige a superação do modelo de livre-comércio que nas últimas décadas tem sido incentivado por instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), através do seu Acordo sobre a Agricultura (AA). Discuti-la nesse contexto de pandemia, em que os fluxos globais

tornam-se menos intensos, é de fundamental importância para que cada povo seja autossuficiente no abastecimento de alimentos.

A Agroecologia preza pela rearticulação entre sociedade e natureza por meio da produção de agroecossistemas autossuficientes. Além dos conhecimentos científicos de áreas como a Agronomia, a Biologia, a História, a Geografia e outros, ela também dialoga com saberes tradicionais, reconhecendo o valor da cosmovisão de camponeses e indígenas. Defendê-la como parte de um novo mundo é reconhecer que a massificação produtiva por meio do uso de agrotóxicos – consequência da Revolução Verde – tem sido responsável por problemas ambientais e de saúde pública.

O presente livro traz como contribuição um conjunto de discussões sobre ações de construção da Agroecologia e da soberania alimentar nas esferas produtiva e do consumo, redundando na criação de mercados alternativos. A esfera da produção é abordada em quatro artigos. Eles partem de discussões como a atuação das universidades públicas na transição agroecológica em unidades de produção camponesas, o protagonismo dos movimentos socioterritoriais do campo na construção de práticas alimentares alternativas e a importância da reforma agrária para a superação do agronegócio, que é uma das principais expressões do regime alimentar corporativo. A esfera do consumo consta em dois artigos. Ambos destacam a construção de grupos de consumo consciente embasados nos princípios da Economia Solidária. Além disso, as políticas alimentares também são abordadas na entrevista com Jose Manuel Freddy Delgado Burgoa.

Assim, as discussões sobre as políticas alimentares do presente livro possuem em comum a crítica ao modelo dominante de produção e consumo de alimentos. Fica evidente que pensar na construção de sistemas alimentares que prezam pela justiça social e ambiental exige que consideremos de modo articulado o campo e a cidade, os produtores e os consumidores, o que vem ao encontro do modelo de Reforma Agrária Popular, que tem sido defendido por movimentos socioterritoriais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Dito de outro modo, é preciso avançar numa compreensão dialética sobre o campo e a cidade, superando as análises dicotômicas que acompanharam grande parte dos estudos tecidos nas Ciências Humanas nas últimas décadas.

Outro tema que aparece em dois artigos do livro é o das políticas educacionais. Tal discussão é amplamente pertinente para o contexto de pandemia que temos vivido, pois as práticas de ensino e aprendizagem têm sido deveras afetadas. No mundo todo escolas e universidades têm suspenso as aulas presenciais, sendo recorrente a adoção de modelos de ensino remoto. Esse fato não pode ser lido de modo acrítico, pois ele remete a problemas como a impossibilidade da interação social, processo de fundamental importância na construção cidadã de crianças, adolescentes e jovens e a crença indiscriminada na potência das tecnologias como condutoras do ensino e da aprendizagem.

Tais trabalhos tratam da representação do espaço rural na educação secundária da província de Valência, na Espanha, e da Base Nacional Curricular Comum

(BNCC), do Brasil. Ambos trazem críticas ao paradigma de modernização imposto pelo neoliberalismo. No primeiro caso demonstra-se como existe uma representação do rural que desconsidera os conflitos e as complexidades, resumindo-o a um ambiente natural com paisagens periféricas. No segundo caso consta uma discussão sobre as limitações da BNCC, especialmente no que se refere ao objetivo central de preparar o aluno para o trabalho, desprezando demais possibilidades que a vida oferece. Nesse sentido, esses dois textos nos levam a pensar sobre os objetivos do processo de ensino-aprendizagem, especialmente sua incapacidade de contribuir para a emergência de sujeitos críticos e dispostos a romper com a racionalidade neoliberal.

Portanto, os artigos e a entrevista que compõem o presente livro trazem críticas e proposições de superação de algumas das estruturas hegemônicas que caracterizam o mundo contemporâneo. No contexto de pandemia, onde as sociedades têm sido forçadas a se repensar como condição para a própria sobrevivência, essas provocações são bem-vindas, pois nos colocam diante da perspectiva de construção de um outro mundo possível.

Desejo a todos uma leitura crítica e de muitos aprendizados.

Alfenas, Minas Gerais, Brasil, julho de 2020.

# APRESENTAÇÃO

Este livro, realizado em parceria com pesquisadores do Brasil, Bolívia, Espanha e México reafirma a importância da discussão dos temas Educação e Soberania Alimentar, abordada sob diferentes perspectivas e enfoques. Traz resultados de pesquisas realizadas em diferentes universidades nacionais e internacionais e contribuições dos pesquisadores que participam do Centro de Pesquisas e Estudos Ambientais (CPEA) e Laboratório de Fotografia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília-SP.

Os resultados do projeto de pesquisa, ensino e extensão “Tecnologias Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional: vídeo e fotografia como possibilidade de valorização de saberes em Agroecologia e Educação do Campo” são apresentados por professores e estudantes que integraram a equipe do projeto, realizado com apoio do CNPq/MCTI, Edital UNASUL N° 16/2016, Processo n° 442813/2016-3, durante os anos de 2017 a 2020.

O projeto “Tecnologias Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional: vídeo e fotografia como possibilidade de valorização de saberes em Agroecologia e Educação do Campo” teve como objetivo identificar tecnologias e inovações sociais na área de produção, manipulação e conservação de alimentos, com base em experiências de produção agroecológica e técnicas sustentáveis de produção em Assentamentos da Reforma Agrária e promover a formação e aprimoramento técnico por atividades de ensino e ação extensionista em curso de extensão em Agroecologia. Por meio do registro em fotografias e vídeos objetivou-se identificar e valorizar as práticas sustentáveis que contribuem para o fortalecimento da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em assentamentos e comunidades tradicionais, contribuindo, desse modo, para fortalecer o intercâmbio de ensino, pesquisa e extensão no âmbito de universidades e comunidades rurais no estado de São Paulo. O projeto foi realizado em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP e com o Centro de Ciência Tecnologia e Inovação para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (INTERSSAN) com sede em Botucatu/SP.

Denominamos no decorrer do projeto as comunidades parceiras de TERRITÓRIOS, pois estão vinculados à concepção teórica e reflexões sobre o estado da arte realizados ao longo da pesquisa. Um princípio para delineamento da pesquisa e realização dos trabalhos de campo foi a participação dos representantes das comunidades nas reuniões de planejamento do projeto, na perspectiva de pesquisa colaborativa.

Os TERRITÓRIOS que participam da pesquisa são: **Território Luiz Beltrame**, ou Assentamento Luiz Beltrame de Castro, localizado no município de Gália-SP, na região de Marília; **Território Dandara**, ou Assentamento Dandara, localizado no município de Promissão-SP, região de São José do Rio Preto; **Território Reunidas**, ou Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão-SP, região de São José do Rio Preto; **Território Rosa Luxemburgo**, ou Assentamento Rosa Luxemburgo,

no município de Agudos-SP, região de Bauru; **Território Mário Lago**, ou Assentamento Mário Lago, município de Ribeirão Preto-SP, região de Ribeirão Preto; **Território Índia Vanuíre**, ou Terra Indígena Vanuíre, Município de Arco Íris-SP, região de Marília. São territórios marcados por processos de luta e resistência para a conquista e permanência na terra, em articulação com movimentos socioterritoriais que permitem o protagonismo de sujeitos constituídos coletivamente.

Coletivamente, agradecemos a todos os parceiros das comunidades que nos receberam sempre de modo muito acolhedor e propositivo, seja participando das rodas de conversa, entrevistas, deixando-se registrar em vídeos e fotografias, acompanhando oficinas e cursos de extensão e aprimoramento técnico. Devemos mencionar aqui a participação dos parceiros que atuaram como articuladores nas comunidades: Diego José Gomes de Moraes, Alice e Bene, do Assentamento Reunidas, Angelo Diogo Mazin, do Assentamento Luiz Beltrame de Castro, Joice Aparecida Lopes, do Assentamento Dandara, Rogério Gomes, do Assentamento Rosa Luxemburgo, Zaqueu Miguel de Carvalho, Lucinei Caio Prado, Bob, Patrícia, do Assentamento Mário Lago, indígena Krenák Mário Cecílio Damaceno, da Terra Indígena Vanuíre. Esses representantes das comunidades foram nossos parceiros e possibilitaram o contato com os gestores das cooperativas e integrantes das comunidades participantes, para que pudéssemos realizar os trabalhos de campo.

Agradecemos, também, a equipe do projeto, sejam eles autores ou não neste livro. Agradecemos aos professores da Unesp José Marangoni Camargo, Henrique Tahan Novaes, Paulo Eduardo Teixeira, Noemia Ramos Vieira, Laércio Dias Fidelis, Carlos Alberto Feliciano e ao prof. José Manuel Freddy Delgado Burgoa, da AGRUCO, centro de pesquisa e ensino da Universidade Mayor de San Simon – UMSS, em Cochabamba, Bolívia. Os estudantes de mestrado Rogério Gomes, João Henrique Pires e a todos os estudantes da graduação que integraram a equipe do projeto: Agnes Rocha, Maria Clara Gregório Arcari, Mário Dias, Leonardo Moreno Capellanes, Gabriela Louzada, Beatriz Montenegro Vaccarelli e Pedro Antonio de Souza.

O livro foi organizado com o intuito de possibilitar um caminho reflexivo que possa contribuir para um novo e desafiador caminhar, por meio das pesquisas e experiências aqui trazidas. Um primeiro eixo temático valoriza a discussão sobre economia solidária, produção agroecológica e a permanência na terra, como elementos necessários para a construção da Soberania Alimentar.

O primeiro capítulo traz a história da terra conquistada no oeste paulista, representada aqui pela Terra Indígena Vanuíre, município de Arco Iris e os Assentamentos Reunidas e Dandara, de Promissão-SP. Ao apresentar o percurso histórico, os autores recorrem à imagem como documento histórico, reafirmando traços da conquista do território no passado e no presente. Em todos os territórios, o vínculo com a terra e a produção agrícola se afirmam como condição para a permanência na terra.

O segundo capítulo traz a contribuição coletiva das pesquisadoras da Universidad Veracruzana, do México, que integram a Red de Custodios del Área Natural Protegida Archipiélago de Bosques y Selvas de Xalapa (RdC) y de la Red de Economía Solidaria La Gira. Apresentam as experiências, expectativas e desafios enfrentados na

produção e comercialização de alimentos agroecológicos em Xalapa, região de Vera Cruz, por meio de redes de economia solidária e grupos de consumo. As comunidades tradicionais daquela região em parceria com os consumidores urbanos integram uma rede de produtores e consumidores denominados pelas autoras de “prosumidores(as)” porque são, ao mesmo tempo, consumidores, produtores e cuidadores do área de preservação em que as agroflorestas são implementadas.

Na perspectiva da conquista do território pelas comunidades tradicionais, o terceiro capítulo traz a experiência da “Caravana Quilombola”, realizada pelos movimentos e comunidades negras da Zona da Mata Mineira que formam a Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata Mineira” (Rede Sapoqui), realizada no âmbito do projeto “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Negras Rurais e Quilombolas” (CNPq/MCTI N° 016/2016), na Universidade Federal de Viçosa. Pautado em metodologia participativa e nas experiências de caravanas agroecológicas realizadas pela Associação Brasileira de Agroecologia, os temas agroecologia, sementes crioulas e cultura popular foram discutidos em sua relação com a construção da Soberania Alimentar e Segurança Alimentar nos territórios quilombolas.

O tema economia solidária e grupos de consumo também é discutido no capítulo quatro, por meio da análise da experiência do grupo de consumo responsável CCRU, organizado pela Associação Oeste de Diadema, município da região metropolitana de São Paulo. A construção da soberania alimentar e fortalecimento da reforma agrária popular por meio de uma aliança entre produtores e consumidores é abordada no texto, valorizando o processo de mobilização e parcerias entre produtores de assentamentos e consumidores da região metropolitana de São Paulo.

Um segundo grupo temático para este livro é apresentado a partir do capítulo 5 em que o eixo passa a ser a formação e o ensino. Formação em agroecologia, a percepção dos estudantes sobre o rural e os limites do currículo prescrito são abordados.

O capítulo cinco analisa as tecnologias sociais de produção agroecológica realizadas no Assentamento Rosa Luxemburgo, município de Agudos-SP. Os autores destacam que agroecologia significa voltar-se para a produção que considera a relação sociedade e natureza de modo integrado, valorizando a dinâmica da Natureza e as necessidades humanas de produção e consumo de alimentos. Agroecologia é, também, uma bandeira de luta dos movimentos socioterritoriais que valorizam e difundem as práticas agroecológicas e cursos de formação em agroecologia. O capítulo destaca o apoio técnico promovido pelas universidades e pelo SENAR na orientação aos produtores assentados e analisa a implantação de produção agroecológica naquele território.

A concepção de campo e as representações sociais de estudantes do ensino médio da província de Valência, Espanha, são analisados no capítulo seis. Fruto de uma pesquisa de doutoramento, o texto evidencia, por meio de categorias de análise extraídas de pesquisa de campo com estudantes do 11º ano do Ensino Secundário Obrigatório (ESO) que o campo ainda é percebido pelos estudantes como local da produção agrícola e de preservação dos animais e da natureza. A ruralidade é representada bucolicamente e pouco valorizada como local de residência. Apesar disso, como destaca o autor, a análise dessas representações sociais remete para a

importância, cada vez maior, de que a investigação acadêmica e o ensino na educação básica valorizem e deem visibilidade aos problemas locais e à relação cidade-campo, possibilitando compreender de modo mais complexo os espaços rurais.

Dedicando-se à análise das políticas públicas e currículo da educação básica, no capítulo sete o autor analisa os desdobramentos das políticas neoliberais e neoconservadoras no campo educacional, manifestas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio. O documento curricular reafirma o ensino por competências e habilidades e o autor analisa a repercussão que tal documento teve entre professores, sindicatos e na imprensa. Teme-se por um lado, a homogeneização do currículo em um país tão sócio e culturalmente diverso como é o Brasil, e, por outro lado, a forma como tal currículo será implementado. O autor traz este debate à tona, analisando a elaboração e os desdobramentos da política curricular nacional.

O capítulo oito discute a importância da relação universidade comunidade, por meio da análise de uma experiência de extensão e formação em Cooperação e Agroecologia, com sete edições realizadas entre 2016 e 2019. O curso integrou as atividades do Projeto Tecnologias Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional: vídeo e fotografia como possibilidade de valorização de saberes em Agroecologia e Educação do Campo, com edições realizadas entre 2018 e 2019. Destinado a produtores rurais, estudantes e comunidade em geral, possibilitou a formação com debates teóricos, oficinas e práticas de implantação de hortas, sistemas agroflorestais e mandalas agroecológicas.

Para finalizar este livro, trazemos a entrevista com o Prof. Freddy Delgado Burgoa, reconhecido internacionalmente pelas pesquisas em Agroecologia e Soberania Alimentar. O prof. Freddy é o fundador do Centro Universitário AGRUCO, da Universidad Mayor de San Simón, Bolívia, um reconhecido centro de formação em Agroecologia. Hoje é pesquisador da “Comunidad Pluricultural Andino Amazónica para la Sustentabilidad”, que coordena a rede GLOCAL de investigação em Soberania Alimentar e Sustentabilidade. Na entrevista, nos brinda com a reflexão sobre agroecologia e cosmovisão indígena, tomando como referência os estudos teóricos e a sua experiência de vida.

Para quem desejar conhecer um pouco mais das ações do projeto, para além dos textos apresentados neste livro, convidamos a assistir aos vídeos documentais e produtos fotográficos, disponíveis para acesso público no site do projeto: <https://projetotssan.wixsite.com/tssoberanialimentar>.

Boa leitura,  
Sílvia A. S. Fernandes  
(organizadora)

# CAPÍTULO 1

## O CARÁTER HISTÓRICO DA PRODUÇÃO TERRITORIAL DO NOVO OESTE PAULISTA: o caso da TI Vanuíre, em Icatu, SP, e dos assentamentos Reunidas e Dandara, em Promissão, SP

*Paulo Eduardo Teixeira  
Mário José Dias de Lima*

---

### **Introdução**

Pensar o espaço geográfico como uno e múltiplo, é o que propõe Milton Santos (1985, p. 49) ao dizer que o uso que se faz desse espaço o caracteriza como “um produto social em permanente processo de transformação”, e mais, “O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, [...]”. Nesse sentido, uma definição de espaço do próprio autor, é pensada como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas e ações” (SANTOS, 2004, p. 21). Portanto, pensar o espaço geográfico hoje ocupado pelas diversas famílias no assentamento Reunidas, na cidade de Promissão (Estado de São Paulo), requer apresentar um pouco da história desse espaço ambiental, o qual foi ocupado pelo povo Kaingang no interior de São Paulo. Assim, entender essa correlação histórica entre passado e presente, proporcionará condições melhores para que se tenha ideia do processo de uso da terra durante o século XX, e assim propor um estudo relacional entre este grupo nativo, senhor da terra, e os “paulistas”, representantes de uma sociedade agrária em sua estrutura econômica, mas que se valeu dos valores da modernidade capitalista industrial (SEVCENKO, 1992) para justificar a expansão sobre o território Kaingang.

Assim, a expansão das chamadas frentes civilizatórias paulistas a Oeste do Estado de São Paulo, na passagem dos séculos XIX ao século XX, produziu um choque entre culturas no qual os interesses econômicos dos invasores e a vontade dos povos nativos em preservar seus territórios deram o tom dos conflitos que se seguiram. Neste cenário histórico entrecruzam-se o culto à ciência e ao progresso, em suma, a ideologia positivista, sintetizados na expressão da *Belle Époque*, a era dos impérios ou imperialismos, não apenas na Ásia e África, mas, também, na América Latina, com suas guerras político-econômicas e o embuste da modernização, suas novas tecnologias, e as construções de ferrovias inglesas.

Em seu clássico trabalho, *Roteiro do café e outros ensaios*, Sergio Milliet (1939) apontava que a passagem do café pelo Estado de São Paulo trouxe repercussões diversas, sobretudo em relação a situação demográfica das zonas atingidas por ele. Uma das regiões analisadas foi a zona tributária das Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, cuja construção foi iniciada em 1905, e posteriormente pela Estrada de Ferro da Alta Paulista. A respeito dessa região Milliet afirmou:

*Atrás do café e por vezes à sua frente penetram as ferrovias. Com elas os colonos estrangeiros e o comércio semi-sedentário. Cidades erguem-se, crescem rápidas, sem tempo suficiente para tomar pé, sem raízes bastante fortes para resistir desde logo às vicissitudes da marcha vertiginosa e fatigante* (1939, p. 22).

Essa rápida expansão da frente pioneira na região da Noroeste, como ficou conhecida a área demarcada entre os rios Tietê e Peixe, apresentava uma população de 136.454 habitantes de acordo com dados do ano de 1920 com uma produção de 722.119 arrobas de café, sendo a menor do Estado. Passados 15 anos, a produção do café chegou a 23,97% do total produzido em São Paulo, e a população havia se elevado para a marca de 608.027 pessoas em 1935! (MILLIET, 1939, p. 20-27)

Esse processo de apropriação de terras, de desterritorialização dos Kaingang que habitavam a região do chamado novo Oeste paulista, dentro da dinâmica econômica de expansão do café e da instalação de ferrovias proporcionou inicialmente a devastação da floresta tropical ali existente, como podemos observar pelos registros fotográficos de parte desse território que hoje pertencem aos municípios de Braúna e Arco-Íris e que vieram a ser conhecidos como as Terras Indígenas (TI) de Icatu e Vanuíre, respectivamente.

### Imagem 1 – Grupo de Nativos Kaingang no Posto Indígena Vanuíre



# CAPÍTULO 2

## ECONOMÍA SOLIDARIA EN RED. UNA EXPERIENCIA DE ARTICULACIÓN MULTIACTORAL PARA EL CUIDADO DE NUESTRO TERRITORIO EN XALAPA, MÉXICO

*Loni Hensler*  
*Laura Jarri*  
*Ingrid Estrada Paulim*  
*Rossana Castellanos*  
*Emilia Lucero Rodriguez*  
*Margarita Cruces*  
*Juliana Merçon*

---

### **Para empezar**

En un contexto global de acelerada devastación socioambiental y muy poca esperanza en la capacidad o interés de los gobiernos nacionales para atender eficientemente el estado de crisis generalizada en el que nos encontramos, la puesta en marcha de alternativas construidas por las bases sociales se convierte en una necesidad. Mientras la macro política se rige por el mercado financiero y las nuevas tendencias del mercado neoliberal, muchas iniciativas locales se organizan de manera solidaria y creativa, construyendo caminos colectivos que se alejan de aquellos dictados por los modelos político-económicos hegemónicos. América Latina abriga millares de estas pequeñas experiencias de resistencia y transformación; experiencias que comprueban, una y otra vez, que la construcción de lo común es un poderoso antídoto contra el capital. Muchas de estas iniciativas, que ensayan o consolidan formas de vida menos capitalistas, reafirman otras relaciones con la tierra y con la gente por medio de la agroecología.

La agroecología puede definirse como una práctica ecológica, política y cultural orientada a la soberanía alimentaria y a la construcción de sociedades más resilientes, sanas y solidarias. Su constante movimiento se mantiene por medio de una cadena de acciones cotidianas que vinculan diferentes dimensiones del sistema agroalimentario, desde la producción ecológica de alimentos y comercialización justa al consumo y transformación de residuos. Múltiples innovaciones y tecnologías sociales (DAGNINO, 2004; BAUMGARTEN, 2006) intervienen en diferentes etapas del sistema agroalimentario, ofreciendo soluciones a desafíos y fortaleciendo

procesos de organización sociopolíticos y dinámicas agroecológicas en los territorios. Pequeñas y grandes iniciativas de economía solidaria corresponden a algunas de estas innovaciones y tecnologías sociales que nacen de la base de la población, conformando alternativas sencillas y de bajo costo con efectos de mayor justicia social y ambiental (LIMA; DAGNINO, 2013).

La experiencia de economía solidaria que compartimos en este capítulo se origina en el deseo colectivo de proteger el territorio, fomentar la agroecología y acercar productores(as) y consumidores(as) en la región de Xalapa, capital del estado de Veracruz, México. Se trata de un proceso altamente artesanal, que se ha ido creando poco a poco a través de la confluencia de personas vinculadas a una red de personas interesadas en cuidar los bosques y selvas de la región, campesinos(as) y consumidores(as) locales. Los enfoques de educación popular e investigación-acción participativa (HENSLER; MERÇON, 2020b) han favorecido la emergencia y sistematización de esta experiencia, visibilizando los logros colectivos, aprendizajes y desafíos que constituyen estas nuevas formas de relación con el territorio y las personas. Las reflexiones que aquí compartimos derivan de ejercicios colectivos de evaluación y diálogo, incluyendo cuestiones referentes a la construcción de formas alternativas de poder social, la solidaridad como sinónimo de corresponsabilidad, los dilemas del crecimiento, la inclusión social en los modelos de producción y consumo, el aprendizaje mutuo entre diferentes actores(as), y las redes y el diálogo como herramientas de construcción colectiva.

Las autoras de este capítulo somos integrantes de la Red de Custodios del Área Natural Protegida Archipiélago de Bosques y Selvas de Xalapa (en adelante: Red de Custodios) y de la Red de Economía Solidaria La Gira. Actuamos en la producción, enlace y consumo, ayudando a sostener diferentes actividades de la red. El proceso de escritura de este texto nos ha brindado la oportunidad de reflexionar colectivamente sobre la experiencia que hemos estado construyendo junto a otros(as) productores(as) y consumidores(as) en la región. Esperamos que los aprendizajes y reflexiones que aquí compartimos contribuyan a otras iniciativas afines, alimentando lazos solidarios en la construcción de mundos más justos y sostenibles.

## ¿Cómo nace la Red de Economía Solidaria La Gira?

Esta experiencia de economía solidaria surge de los aprendizajes y andares de la Red de Custodios, conformada por personas interesadas en cuidar nuestros espacios de vida a través de la participación plural en el manejo cuidadoso del territorio<sup>14</sup>. La Red de Custodios se conformó en el 2015 en reacción al decreto del gobierno veracruzano de un Área Natural Protegida (ANP) *Archipiélago de Bosques y Selvas de la Región Capital del Estado de Veracruz* bajo la categoría de Corredor Biológico Multifuncional. Esta ANP tiene una superficie total de 5,580 hectáreas y abarca siete fragmentos de bosque y selva que rodean a la ciudad de Xalapa (Figura 1). El objetivo de su decreto ha sido preservar y restaurar las áreas de gran importancia sociocultural

14 Para conocer más sobre esta red, invitamos a consultar su página: [www.custodiosanpxalapa.org](http://www.custodiosanpxalapa.org)

# CAPÍTULO 3

## CARAVANA QUILOMBOLA DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NOS TERRITÓRIOS NEGROS DA ZONA DA MATA MINEIRA: saberes da experiência e diálogos de saberes que nos aquilombam em caravanas

*Marilda Teles Maracci*  
*Roberta Brangioni Fontes*  
*Julius Keniata Nokomo Alves Silva*  
*Isabela Leão Ponce Pasini*

---

### Introdução

Na Zona da Mata mineira<sup>21</sup> construiu-se e vem se consolidando há quatro décadas, a partir da crítica à estrutura agrária brasileira e aos impactos da “Revolução Verde”, o movimento agroecológico<sup>22</sup>, uma consolidada rede de parcerias entre

---

21 Zona da Mata mineira é uma região geográfica do estado brasileiro de Minas Gerais, na Região Sudeste do país. Abrange uma área de aproximadamente 35,7 mil km<sup>2</sup> [IBGE, Resolução nº 5/2002] e uma população de mais de 2 milhões de habitantes, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (FERREIRA, F. P. M.; 2012). Situa-se na porção sudeste do estado, próxima à divisa dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Segundo a divisão geográfica do IBGE vigente entre 1989 e 2017, a Zona da Mata era considerado uma mesorregião, composta pelas microrregiões de Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa (IBGE, 2016). Segundo a nova divisão vigente a partir de 2017, a Zona da Mata corresponde parcialmente à Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora (IBGE, 2017b).

22 “A organização dos agricultores familiares da Zona da Mata [mineira] começa a se constituir enquanto movimento a partir da década de 1980 com o Mobon (Movimento Boa Nova), vinculado à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. Fundaram-se sindicatos de trabalhadores rurais. Criou-se a Comunidade Alfa, estudantes que desenvolviam práticas alternativas de plantio e alimentação e surge o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM). A partir daí, surgem as primeiras experiências chamadas de “tecnologias alternativas”, com o resgate, avaliação e produção de sementes crioulas, práticas de adubação verde e conservação dos solos, experiências que vão adquirindo enfoque agroecológico” (HECK, Selvino; 2013). “Desde os seus primórdios, o movimento da agroecologia na região tem como marca a participação e o protagonismo dos agricultores familiares e de suas organizações sociais e sindicais, que em parceria com o CTA-ZM e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) – especialmente pelos Departamentos de Solos e de Educação, buscam avançar na consolidação da agroecologia como enfoque científico e metodológico [...] Na especificidade do processo de formação dos agricultores, o movimento agroecológico tem buscado implementar um processo educativo, a partir da relação dialógica

agricultores familiares, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais sociais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), universidades (ensino, pesquisa e extensão) – UFV e UFJF –, movimentos sociais, movimentos culturais populares, ONGs, Central Única dos Trabalhadores, partidos de esquerda, associações e cooperativas do campo, educação do campo (licenciatura do campo e EFAs), prefeituras, entre outros.

O projeto “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Negras Rurais e Quilombolas” (CNPq/MCTI N° 016/2016), nominado por todos os envolvidos de “Caravana Quilombola”, nasceu dentro desta rede de parcerias, partindo da Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata Mineira (Rede Sapoqui), envolvendo a Universidade Federal de Viçosa/MG (UFV), por meio do Laboratório de Estudos Territoriais (LasTerras)<sup>23</sup>, do Núcleo de Estudos em Educação do Campo e Agroecologia (ECOA),<sup>24</sup> e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM).

É importante ressaltar que o ambiente privilegiado do processo de construção e execução das atividades deste projeto foi a Rede Sapoqui – Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata, uma articulação das comunidades negras rurais e quilombolas e suas organizações e associações comunitárias, dos movimentos culturais e dos movimentos sociais parceiros, tais como Fórum Mineiro de Entidades Negras (FOMENE), bandas de Congado, artistas locais, ECOA, CTA, Universidade Federal de Viçosa (UFV/Diversos Departamentos) e Universidade Federal de Juiz de Fora (Depto. de Geografia), entre outros. A Rede Sapoqui é um espaço de articulação, resistência, diálogo e formação, organizado a partir das demandas crescentes das comunidades quilombolas da região. Suas atividades, encontros e reuniões veem

---

entre os diferentes sujeitos, orientado pelo resgate e pela valorização dos saberes populares, numa dinâmica marcada pelo entrelaçamento dos saberes populares e científicos, na produção de conhecimentos novos, útil e compartilhados: os saberes agroecológicos (CARDOSO *et al.*, 2010)” (MIRANDA, Éliada L. *et al.*, 2012, p. 2-3).

23 Laboratório de Estudos Territoriais (LasTerras) é coordenado por Marilda Teles Maracci, profa. adjunta do Departamento de Geografia da UFV, que abriga o Grupo Indisciplinar de Estudos e Pesquisas Decoloniais e o projeto CNPq/MCTI N° 016/2016, intitulado Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (“Caravana Quilombola”), sob a mesma coordenação.

24 O Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOA) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) é um espaço de articulação dos movimentos agroecológicos e da educação do campo da Zona da Mata mineira, que procura aproximar iniciativas que potencializam as construções coletivas, a partir de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão. Participam do ECOA: o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), o curso de Licenciatura e Educação do Campo (LICENA-UFV), Programa TEIA de Extensão, Movimentos Sociais e Sindicais, Mutirão Ciranda, Rede Raízes da Mata, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV), Rede Nós de Água, Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA), Rede de Saberes dos Povos Quilombolas (Rede Sapoqui), entre diversos outros parceiros. O Mutirão Ciranda é composto pelos Grupos de Agroecologia da UFV, tais como Apêti (Grupo Apêti de Agroflorestas), SAUIPE (Saúde Integral em Permacultura), GAO (Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica), Animais para a Agroecologia, Estágio Interdisciplinar de Vivências (EIV), GEIPO (Grupo de Estudos Interdisciplinares dos Povos Originários) e Micorrizas. O ECOA e seus parceiros desenvolvem ações tais como Intercâmbios Agroecológicos, Caravanas Agroecológicas e Culturais, Feiras Agroecológicas e da Economia Solidária, trocas de sementes, Terreiros Culturais, Troca de Saberes, dentre outras (<https://ctazm.org.br/pagina-ecoa>. Acesso em: jan. 2020). Conf. também: SILVEIRA, Maysa da Mata *et al.*, 2017.

# CAPÍTULO 4

## GRUPO DE CONSUMO RESPONSÁVEL E A SOBERANIA ALIMENTAR: o caso do Grupo de Consumo Responsável Rural Urbano da Associação Oeste de Diadema

*Vinícius Tadeu do Carmo*  
*Silvia Aparecida de Sousa Fernandes*

---

### **Introdução**

Os Grupos de Consumo Responsável (GCR) são iniciativas de consumidores e produtores que se organizam para viabilizar a compra direta de camponeses que produzem alimentos de maneira sustentável, seguindo princípios da agroecologia, da produção de orgânicos ou estão em fase de transição para esses modelos de produção. Um dos princípios da organização de grupos de consumo é a remuneração justa aos agricultores e viabilizar a compra a preços acessíveis aos consumidores.

Tais práticas têm a intenção de, por um lado, facilitar o acesso dos consumidores da cidade a produtos e serviços da agricultura camponesa e agroecológica a um preço mais acessível, ao mesmo tempo em que se busca construir com produtores um canal de escoamento de seus produtos com remuneração mais justa e melhores condições de trabalho, além do processo formativo valorizando a relação entre campo e cidade. São princípios comuns entre os GCRs a solidariedade, não exploração dos produtores, autogestão dos grupos de consumo e o fortalecimento dos agricultores familiares e camponeses e de seus territórios.

Os GCRs, são autônomos, porém organizados em redes, que se estabelecem em diversas escalas: locais, regionais e nacional. Redes com produtores e redes entre os próprios grupos de consumo, pois envolvem atores da cadeia produtiva com o objetivo de conquistar benefícios coletivos a partir da cooperação na produção, na intermediação e no consumo (CALABRÓ; RETIÈRE, 2016).

Neste capítulo analisa-se a experiência de um Grupo de Consumo Responsável da região metropolitana de São Paulo, o GCR CCRU – Associação Oeste de Diadema, localizado na cidade de Diadema, SP e discute-se aspectos da organização e contradições deste grupo de consumo singular.

Apresenta as dificuldades e possibilidades de construção da soberania alimentar e fortalecimento da reforma agrária popular por meio de uma aliança entre produtores e consumidores, realizando práticas de produção e consumo popular, num processo de mobilização entre ambos atores produtores e consumidores. O capítulo

está organizado em três seções. Na primeira discute-se alguns modelos de venda direta de alimentos e a possibilidade de construção da soberania alimentar por meio dessas práticas, na segunda apresenta-se as experiências do GCR CCRU – Associação Oeste de Diadema e nas considerações finais elencamos algumas questões sobre resistência e possibilidade de construção da soberania alimentar pelos movimentos socioterritoriais, universidades, sindicatos e coletivos de apoio.

## **Possibilidade de construção da soberania alimentar por meio de práticas de produção e consumo**

Soberania alimentar e a segurança alimentar são propostas que respondem a interesses historicamente antagônicos. A Soberania Alimentar é a proposta dos trabalhadores do campo e da cidade; já a Segurança Alimentar é a proposta dos Organismos Multilaterais. (D'AGOSTINI; CATANO HOYOS, 2017).

Após a segunda guerra mundial houve momento de transição do segundo regime alimentar para o terceiro regime alimentar, estava havendo diminuição da produção de cereais e preços elevados, nesse momento que a ONU convoca a Conferência Mundial da Alimentação em 1974. O documento resultante desta conferência trata da crise alimentar mundial, porém enfatiza que a crise atinge especialmente os “países em desenvolvimento” pelo fato desses países ainda não se encontram em condições de satisfazer suas próprias necessidades de alimentos e por isso solicitam ações urgentes de ajuda internacional. No documento associa-se a insuficiência de oferta de alimentos ao aumento demográfico; aumento nos custos de produção, especialmente fertilizantes e aumento no custo das importações de alimentos. A declaração não associa a fome como um problema estrutural do sistema capitalista. O objetivo era promover a industrialização da agricultura e consolidar o terceiro regime alimentar baseado no corporativismo, assim como todas as tentativas de erradicar a fome pela segurança alimentar.

Outro aspecto deste plano de ações da ONU é que, de certa forma, ele deriva do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, sociais e Culturais (PIDESC), adotado pela Resolução nº 2.200-A da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, que reconhecer a alimentação humana como direito humano, o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Este Pacto foi ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, com o intuito de garantir o acesso da população brasileira a uma alimentação adequada e saudável. Desse modo, desde 1992, o Brasil reconhecia o direito à alimentação de todas as pessoas e suas famílias e, portanto, deve agir por meio de políticas públicas para a garantia deste, buscando romper o ciclo histórico de fome e insegurança alimentar e nutricional estruturadas no país. Foram adotadas políticas com base na criação de Conselhos de Segurança Alimentar, com o objetivo de garantir o direito previsto na Constituição brasileira de 1988.

Em 1996 a ONU realiza um novo encontro denominado Primeira Cúpula Mundial de Alimentação, com a diretriz de “erradicar a fome em todos os países” e o

# CAPÍTULO 5

## PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO TERRITÓRIO DE ASSENTAMENTO ROSA LUXEMBURGO, AGUDOS, SP

*Rogério Gomes  
Noemia Ramos Vieira*

---

### **O território de assentamento e as suas especificidades**

O presente trabalho tem como objetivo sistematizar as informações obtidas durante a pesquisa relacionada à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Assentamento Rosa Luxemburgo, Agudos, SP. A pesquisa foi realizada entre 2017 e 2019, permitindo realizar o destaque das práticas agroecológicas e de educação do campo das famílias assentadas desde 2014. Assim como a atuação coletiva das famílias que buscam recuperar e recriar práticas que possam gerar condições de vida digna na área conquistada. Esta área de assentamento está localizada no município de Agudos-SP. Foi reconhecido como assentamento da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em dezembro de 2014, após um processo de luta protagonizada pelas famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde 2007.

A área reivindicada pelas famílias era um total de 1524 hectares, conhecida como fazenda *Agrocentro*. Entre as atividades principais que se desenvolviam na área da fazenda era a criação de gado e monocultura de cana-de-açúcar. Nesse contexto, as 89 famílias assentadas desde que conquistaram seus lotes vem desenvolvendo atividades relativas à recuperação do solo, entre elas adubação verde, rotação de culturas, cobertura de solo com matéria orgânica, entre outros.

Os lotes são de aproximadamente 13,4 hectares por família e aos poucos vem produzindo seus alimentos. Algumas delas produzem variedades de hortaliças, frutas, legumes, carnes (como a bovina, a suína, carneiros, frangos), ovos, leite e mel. As famílias assentadas ainda passam por dificuldades em fazer seu lote como unidade de produção para renda, pois se apresenta ainda o desafio de inserir experiências iniciais de produção como sistemas agroflorestais ou técnicas como construção de cisternas para captação de água, cercas vivas no interior e nas margens dos lotes para criar estruturas iniciais para a produção e comercialização.

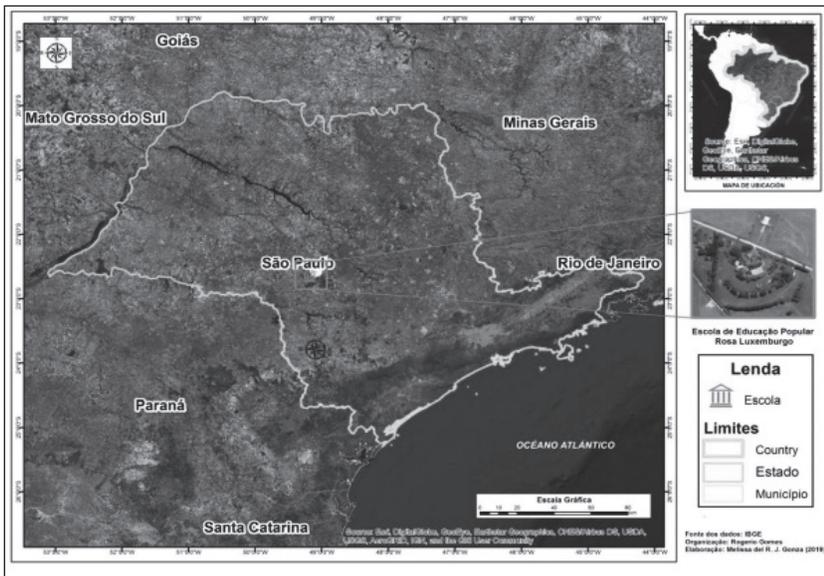
Nesse sentido, a definição de Assentamento como uma unidade administrativa do Estado e voltada para o assentamento em questão carrega um confronto de projetos, pois, se deve às demandas pelo direito à terra. Ao mesmo tempo é considerado

um espaço ressignificado pelos homens e mulheres (crianças, jovens e idosos) que moram nele, e de acordo com a sua cultura constituem transformações permanentes de identidade (SIMONETTI, 2015).

Contudo, no marco do projeto “Tecnologias Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional: vídeo e fotografia como possibilidade de valorização de saberes em Agroecologia e Educação do Campo”, conseguimos levantar referenciais bibliográficos acerca da agroecologia e educação do campo desde uma perspectiva geral. Possibilitou, também, olharmos as práticas cotidianas das famílias recentemente assentadas, e que permitiu identificar dificuldades no acesso a água para a produção de alimentos, impactos da pulverização aérea nos contornos da área de assentamento, falta de assistência técnica e carência de infraestrutura (moradia, transporte, entre outros), o que reflete direta e indiretamente na produção de alimentos e na comercialização da produção para os mercados locais.

Além disso, é relevante destacar que na área de assentamento está localizada a Escola Estadual de Educação Popular Rosa Luxemburgo, onde tem se realizado alguns cursos com abordagem em agroecologia e que, segundo alguns depoimentos são “os cursos que proporcionam elementos técnicos para a produção de alimentos sem veneno” e “possibilidade de uma continuada formação educativa”.

**Mapa 1 – Localização da Escola estadual de Educação Popular Rosa Luxemburgo – SP**



Em consequência, este trabalho traz consigo reflexões teóricas acerca da agroecologia como bandeira de luta e apresentamos as práticas que referem a compreensão agroecológica no seu sentido amplo e a educação do campo.

# CAPÍTULO 6

## EL MEDIO RURAL Y SU REPRESENTACIÓN ESCOLAR EN LA PROVINCIA DE VALENCIA (ESPAÑA): obstáculos para la innovación en Educación Secundaria

*Diego García Monteagudo*<sup>39</sup>

---

La situación de España es distinta a la de otros países iberoamericanos en los que la preocupación del profesorado se centra en la educación del campo o del alumnado escolarizado en territorios rurales. Las posibilidades de acceso a la educación en unos y otros espacios (rural y urbano) son muy similares en España, pese a que todavía sean mejorables algunas características (acceso generalizado y continuado a internet, comunicaciones por carretera en pueblos de montaña...) que no aseguran la igualdad de condiciones entre todo el alumnado en edad escolar. Si dejamos al margen esos aspectos, no por ello de menor importancia, tanto España como otros países del ámbito iberoamericano están sometidos a una explicación superficial de sus espacios rurales, con resonancias que han calado en la mente del alumnado. En nuestro caso nos interesa conocer la representación que tienen alumnos y alumnas de 3º ESO (15 años de edad), ya que si la banalización de los relatos acerca de estos espacios se reproducen en sus explicaciones, se pueden afianzar percepciones (lo rural es un espacio homogéneo, natural, deshabitado, agrario...) que se alejan de las problemáticas sociales y ambientales que experimentan las personas que residen y/o trabajan en estos espacios.

Este hecho debe analizarse desde un paradigma sociocrítico que permita vislumbrar las razones por las que el conocimiento académico no es la fuente hegemónica del saber para explicar concienzudamente la realidad de los espacios rurales entre la población escolar. Por ello recurrimos a la teoría de las representaciones sociales y su relación con el espacio complejo de la Geografía de la Percepción y del Comportamiento, que se está investigando con fines didácticos (Souto y García-Monteagudo, 2016) para comprender los obstáculos que aparecen en el aprendizaje y en la enseñanza de la geografía escolar. Con estos presupuestos teóricos que desarrollaremos más adelante, la estructura del siguiente capítulo será: en primer lugar, la explicación del marco teórico desde el que se ha construido un relato homogéneo que idealiza

---

39 Esta investigación pertenece al proyecto "Las representaciones sociales de los contenidos escolares en el desarrollo de las competencias docentes (REPSCOM)", con referencia PGC2018-094491-B-C32 y financiado por el Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades del Gobierno de España.

la vida en los espacios rurales; segundo, la exposición del método y contexto de investigación, que se sintetiza en un estudio de casos centrado en el diagnóstico de las concepciones espontáneas del alumnado de 3ºESO de la provincia de Valencia (España). Tercero, los principales resultados obtenidos de un cuestionario mixto que ha permitido conocer las representaciones escolares de este alumnado sobre los espacios rurales y, finalmente, algunas conclusiones para seguir investigando y abriendo camino hacia la innovación educativa sobre la educación geográfica en Educación Secundaria (o *Ensino Médio* en Brasil).

## **La representación idealizada de lo rural: un relato virtual y multidisciplinar**

En las elecciones generales de noviembre de 2019 en España, un partido político denominado “Teruel existe” consiguió representación política en el Congreso de los Diputados. No se trata de un hecho aislado, como algunos medios de comunicación intentan anunciarlo: es una plataforma ciudadana que lleva reivindicando problemas (falta de comunicaciones, mejoras en los servicios sanitarios...) en la provincia de Teruel (Aragón) desde 1999. La población turolense ha mermado considerablemente y su estructura demográfica es envejecida. Con estas primeras líneas que pueden hacerse extensibles a otras regiones del interior de España, se induce que una parte de la sociedad no aguanta una situación de desventaja de las áreas rurales respecto de la hegemonía que las ciudades han ejercido sobre gran parte de los territorios. La población escolar no es ajena a esta situación, pues desea residir en otras localidades donde poder disfrutar de servicios que no tiene en algunas áreas rurales<sup>40</sup>, por lo que es interesante conocer sus explicaciones acerca de los espacios rurales; su cosmovisión será relevante para que esas plataformas ciudadanas consigan las reivindicaciones propuestas y ayudar al profesorado a encaminarse hacia una enseñanza renovada de lo rural. No obstante, la difusión de informaciones sobre los espacios rurales puede desvirtuar la opinión generalizada del alumnado, luego es pertinente exponer brevemente una síntesis sobre la configuración de un relato diverso sobre estos espacios desde época histórica para culminar con la formulación de nuestro propósito de investigación.

Desde una perspectiva histórica, los espacios rurales han sido explicados en singular por oposición a los espacios urbanos, mediante una separación permanente que ha sido formulada desde las ciencias sociales (GARAYO, 1996). Rural era el contenido del campo y urbano de la ciudad, pero con connotaciones opuestas desde el plano simbólico. Desde 1925, la Real Academia de la Lengua (RAE) ha definido rural como “inculto, tosco, apegado a cosas lugareñas”. Este enfoque de explicación

40 Esta es una evidencia que hemos constatado en la tesis doctoral “La representación social del medio rural: un análisis desde la geografía escolar”, dirigida por los doctores Xosé M. Souto González y Antonio J. Morales. La tesis doctoral, de la que extraemos algunos contenidos, ha sido defendida por el autor de este capítulo el 29 de noviembre de 2019 en la Facultat de Magisteri de la Universitat de València.

# CAPÍTULO 7

## QUEM TEM OFÍCIO, TEM BENEFÍCIO? A BNCC E SUAS RIMAS

*Pedro Paulo Lima Barbosa*

---

### **Introdução**

Nas últimas décadas, as sociedades contemporâneas vêm passando por profundas modificações. As raízes destas transformações podem ser encontradas em diversos fatores, entre os quais podemos citar: globalização, neoliberalismo, novas tecnologias da informação e comunicação.

Dada às pressões do capital internacional, cada vez mais, tem-se observado um rearranjo da atuação do Estado-nação frente às questões econômicas com o fim de atender as demandas do capital em detrimento de outros setores da sociedade. Neste sentido, as análises das políticas educacionais e seus desdobramentos na educação, em todos os níveis, devem ser levados em consideração em um espectro mais amplo de mudanças ocasionadas, dentre outros fatores, pela globalização, bem como por fatores geográficos, econômicos, políticos e culturais.

Como lembra Ball (2001):

A criação das políticas nacionais é inevitavelmente, um processo de “bricolagem”; um constante processo de empréstimo e cópia de fragmento e partes de ideias de outros contextos, de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias canibalizadoras, de investigação, de adoção de tendências e modas e, por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar (BALL, 2001, p. 102).

Entretanto, assim como Ball, não se pretende afirmar que as reformas educacionais se dão no mesmo ritmo e sentido e que têm os iguais desdobramentos nos Estados-nações que as adotam. Ao contrário, os elementos de análise, tais como grupos sociais envolvidos, forças políticas, a cultura e a religião são distintos, logo, os processos de implementação das reformas devem ser estudados levando em consideração as suas especificidades.

Posto isto, é preciso recontextualizar as análises das políticas educacionais entendendo-as não apenas como uma agenda política local, mas sim transnacional, isto é, faz-se necessário compreender as ações, por parte do Estado-nação, no campo educacional a partir das influências da globalização e do neoliberalismo.

Se outrora, elas eram discutidas de acordo com os interesses de grupos sociais como burguesia, classe trabalhadora, Igreja, classes médias urbanas que pressionavam

o Estado para que suas demandas fossem atendidas, hoje em dia, cada vez mais, as políticas educacionais se encontram “fragmentada, multiescalar e multisetorial” (ROBERTSON; DALE, 2011, p. 38).

Desta maneira, em texto bastante instigante, Robertson e Dale (2011) afirmam:

Isso significa em essência que os Estados não são mais (apenas) barreiras para o livre comércio, mas podem tornar-se parte de uma infraestrutura que o promove, e no qual ele pode florescer. Isso é trazido à tona não só pelas mudanças das atividades do Estado, mas pela mudança na determinação do que deve ser considerado como atividade do Estado e propósito do Estado. O que isso acarreta deve ser resumido como uma mudança do governo para *governança*, e sua maior consequência para nosso argumento aqui é a de que a governança da educação e não o seu conteúdo ou propósito, tornar-se a chave para o modo como ela opera e para sua prioridade. [...] Sem dúvida, o nível nacional, definido territorialmente, não pode mais ser dado como a única fonte importante de elaboração de políticas educacionais, tanto por causa da predominância crescente do extranacional quanto pelo fato de um dos principais efeitos do neoliberalismo ter sido a separação da ligação automática entre território e soberania (o melhor exemplo disso, é claro, é a União Europeia). A educação não pode mais ser tomada como um todo hegemônico cuja homogeneidade e integridade setorial dependem de uma base nacional. Em vez disso, vemos divisões do trabalho e da educação tanto no âmbito das escalas quanto através delas. Em nível nacional, a governança da educação inclui agora uma presença significativa de agentes e proprietários que não o Estado, com muitas dessas distinções sendo feitas de acordo com a função – fundos, provisão de serviços etc. As funções podem também ser alocadas ao longo das escalas, o que talvez seja mais significativa das mudanças para a política educacional (ROBERTSON; DALE, 2011, p. 41 [ênfase no original]).

Posto isto, não pretendemos afirmar que o neoliberalismo deva ser compreendido em nossa análise como um ente supremo e, com isso, autônomo frente à burguesia nacional, Igreja ou classes trabalhadoras. Intentamos demonstrar o contrário disso, ou seja, destacar os processos de negociação local-global. Mediante o excerto supracitado, acreditamos que as análises da política educacional devem, necessariamente, levar em consideração que a “geografia do espaço estatal está sendo transformada em várias escalas geográficas” (ROBERTSON; DALE, 2011, p. 40).

Desta maneira, acreditamos que existe, indubitavelmente, um projeto de ‘modernização da educação’ para que ela atenda às novas necessidades educacionais do indivíduo moderno. Por meio de uma ação conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), políticas educacionais têm sido promovidas no sentido de transformar a educação em setor de serviço e de mercado <sup>47</sup>.

47 Um trabalho que analisa com muita propriedade as ofensivas privatistas de mercado no setor público educacional podem ser encontrados em: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (orgs.). *Curriculo, gestão e*

# CAPÍTULO 8

## QUESTÃO AGRÁRIA, COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA: um resgate dos cursos de extensão em Agroecologia nos assentamentos paulistas da Reforma Agrária

*Iara Milreu Lavratti  
Bruno Michel da Costa Mercúrio  
João Henrique Souza Pires*

---

[...] *O latifúndio é feito um inço  
Que precisa acabar.  
Romper as cercas da ignorância.  
Que produz a intolerância.  
Terra é de quem plantar  
(Pedro Munhoz).*

### **Introdução**

Neste artigo buscaremos analisar como os conhecimentos da Agroecologia têm sido difundidos nos meios acadêmicos e fora deles, por meio de cursos de extensão e aperfeiçoamento, oferecidos e financiados pelas universidades brasileiras. Para isso apresentaremos um conjunto de minicursos oferecidos por meio de uma parceria entre a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e o Instituto Técnico de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia Laudenor de Souza, intitulado “Questão agrária, Cooperação e Agroecologia”, realizados durante os anos de 2016 a 2019 em assentamentos da Reforma Agrária e outros espaços de formação do Estado de São Paulo.

Os cursos que apresentaremos aqui reúnem em seu escopo educadores, militantes do cooperativismo e da agroecologia, estudantes de diversos cursos de graduação, e pesquisadores de diferentes áreas, para debater a questão agrária brasileira, o mundo do trabalho associado e cooperado, a agroecologia, a soberania alimentar, a educação para além do capital, entre outros temas também de muita relevância na atual conjuntura. O curso integra as atividades do Projeto Tecnologias Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional: vídeo e fotografia como possibilidade de valorização de saberes em Agroecologia e Educação do Campo e teve o apoio do CNPq para as edições realizadas entre 2018 a 2019, durante vigência do projeto.

Apesar de ser um curso de formação complementar, podemos afirmar que as várias edições oferecidas tem sido um grande divisor de águas em muitas realidades e cumprido importante papel na formação teórica e prática de agricultoras e agricultores, estudantes e participantes de diferentes origens territoriais e de formação. A demanda pelo curso surgiu de pessoas inseridas em áreas realmente diversas: agrônomos, agricultores, cientistas sociais, geógrafos, médicos, psicólogos, nutricionistas, biólogos, engenheiros, gestores, assistentes sociais, pedagogos, jornalistas, educadores populares e do ensino regular, entre outras. Isso demonstra a amplitude da Agroecologia e das teorias agroecológicas e a necessidade de o debate estar inserido nas grandes áreas do conhecimento. Durante as sete edições do curso de extensão “Questão Agrária, cooperação e agroecologia” observamos um aumento da procura pelo curso, tanto no que se refere ao número de interessados e inscritos quanto pela diversidade na origem dos interessados. A última edição oferecida em novembro de 2019, teve um número de inscritos 2,4 vezes maior que a quantidade de vagas oferecidas.

Um importante ponto a se observar é que a concepção de Agroecologia defendida nestes cursos de extensão se distancia veemente das ações do capital e de seu mercado verde, do ecocapitalismo, das formas de cooperativismo do capital, de toda a exploração humana, animal e da natureza por completo. As técnicas agroecológicas adotadas, baseiam-se em relações mais justas entre as pessoas e todos os seres vivos, buscando regenerar e proteger a vida dos solos, além de promover a recuperação da biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas.

Neste texto apresentaremos a agroecologia sob as perspectivas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina, as quais os minicursos desenvolvem na teoria e na prática, já que a grande maioria dos educadores das edições realizadas participa ativamente dos movimentos e trabalham com a agroecologia em seus assentamentos da Reforma Agrária. Discutiremos sobre a Questão Agrária e como o circuito de produção de alimentos tem gerado fome e subnutrição em um país de origem agrária extremamente rico em terras férteis, com clima favorável e pessoas conhecedoras da agricultura e oriundas da vida agrária. Além disso, trabalharemos a ideia de trabalho associado/cooperado e a criação de cooperativas e associações que visam modificar a lógica do sistema capitalista, em um momento em que o aumento do desemprego, trabalho infantil, do retorno do trabalho análogo ao escravo se torna cada vez mais visível e frequente.

Mais adiante abordaremos a importância da oferta de cursos de extensão para uma formação profissional e humana mais completa, buscando aliar a produção de conhecimento científico à vida prática. É possível perceber que resgatando os três pilares do conhecimento científico (o ensino, a pesquisa e a extensão) incentiva-se e potencializa-se a difusão e o resgate de diversos saberes, resgatando conhecimentos úteis para a resolução de múltiplos conflitos criados pela exploração desenfreada dos recursos naturais e dos homens e outros seres, também, para a permanência e sobrevivência humana neste planeta.

Em um próximo momento traremos informações mais técnicas, além de apresentarmos alguns resultados dos minicursos ministrados durante esses quatro anos. Faremos

# ENTREVISTA

## AGROECOLOGIA E COSMOVISÃO INDÍGENA

*José Manuel Freddy Delgado Burgoa*  
*Silvia Aparecida de Sousa Fernandes*

---

### **Apresentação**

O professor dr. José Manuel Freddy Delgado Burgoa, é professor aposentado da Universidad Mayor de San Simón e fundador do Programa de Mestrado em Agroecologia Cultura e Desenvolvimento Sustentável do Centro Universitário AGRUCO, na Universidad San Simón, em Cochabamba, Bolívia. Renomado pesquisador e com reconhecimento internacional na área de Agroecologia, contribui desde longa data à Rede-SANS e Rede Latino-americana de Segurança Alimentar e Nutricional – Rede LASSAN. Foi pesquisador no Projeto “Tecnologias Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional: vídeo e fotografia como possibilidade de valorização de saberes em Agroecologia e Educação do Campo”, financiado pelo CNPq/MCTI, Processo n. 442813/2016-3, chamada N° 16/2016 MCTI/CNPq – Segurança Alimentar no âmbito dos países da UNASUL. Por meio deste projeto ministrou aula inaugural ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL, com sede no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI, da Unesp. O professor Freddy, como gosta de ser chamado, participou, também, de outros eventos no Brasil no âmbito dos projetos da Chamada N° 16/2016 do MCTI/CNPq, tais como o Seminário Internacional em Soberania e Segurança Alimentar realizado pela REDE-SANS e MCTI, em Brasília, em maio de 2018 e do Seminário Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: Experiências do Brasil, Bolívia e México, realizado na Universidade Federal Rural do Pernambuco, em 2019.

A entrevista aqui apresentada foi concedida pelo prof. José Manuel Freddy Delgado Burgoa, à Silvia Aparecida de Sousa Fernandes, em abril de 2020, por correio eletrônico, já diante da condicionalidade imposta pela pandemia da COVID-19 na América Latina. Na entrevista exploramos um pouco mais de sua concepção de mundo e de agroecologia, associada à cosmovisão indígena, do qual é grande defensor.

#### **Silvia Fernandes:**

Cuéntenos un poco de su trayectoria personal y profesional

#### **Freddy Delgado Burgoa:**

Actualmente estoy jubilado despues de 33 años de trabajo en el Centro Universitario AGRUCO de la Universidad Mayor de San Simón, aunque sigo con actividades académicas en postgrado, tanto en Bolivia como en otros países como Colombia,

Brasil y México, trabajando en alianza con el Centro de Desarrollo y Medio Ambiente y el Insitituto de Botánica de la Universidad de Berna, Suiza.

Mis orígenes en la cultura Kallawayá (sabios indígenas en medicina tradicional) por parte de mi madre, me han hecho comprender y sentir la grandeza de la sabiduría de los pueblos indígenas del mundo, a los que he dedicado investigando y defendiendo gran parte de mi vida.

En mi vida, he tenido el privilegio de conocer y sentir la grandeza de otras naciones indígenas varios países latinoamericanos (aymaras, quechuas, guaraníes, urus, mayas, mapuches) de India y África, donde se considera al alimento como medicina y viceversa.

Por ello, mi experiencia en agroecología va más allá de considerarla un sistema productivo, sino un sistema de vida.

**Silvia Fernandes:**

En su larga experiencia en AGRUCO y ahora en COMPAS-Bolivia, en la formación en agroecología, intentas fortalecer el pensamiento y saberes de las comunidades tradicionales, indígenas y campesinas. ¿Cómo se construye esta relación?

**Freddy Delgado Burgoa:**

AGRUCO se ha caracterizado por ser un centro universitario boliviano comprometido con las reivindicaciones de los pueblos indígenas campesinos de Bolivia, basado en los saberes ancestrales y el diálogo de saberes con la ciencia moderna que asume el pluralismo epistemológico. Este enfoque me ha llevado a ser parte de la Sociedad Latinoamericana de Etnobiología (SOLAE), habiendo sido su presidente del 2008-2019. Si bien, desde AGRUCO nacemos como un centro que prioriza la agroecología, los años y la experiencia nos ha llevado a verla desde una visión multidimensional y transdisciplinaria a partir de los aspectos materiales, sociales y espirituales, rompiendo las disciplinas de la ciencia y profundizando sobre las cosmovisiones indígenas, donde la vida espiritual es fundamental. Esta relación se construye bajándose del pedestal y de la torre de marfil que muchas veces caemos como científicos, dejando de ver que existen otras maneras de generar conocimientos dirigidos a la recreación de la vida. Esto implica vivir, convivir y sentir como indígena, que cuesta y es un trabajo que para mí ha sido de toda una vida, aprendiendo para la vida. La agroecología, sin duda ha sido la apertura para entender esto, pero también es la vida cotidiana como ser humano, donde la familia y la comunidad son fundamentales, es decir ser coherente con tus principios y aporte a tu sociedad, que es a lo que hemos venido a esta tercera dimensión.

**Silvia Fernandes:**

¿En la perspectiva de la Agroecología y producción agroecológica es posible asegurar la soberanía alimentaria a los pueblos?

**Freddy Delgado Burgoa:**

La agroecología y la agricultura campesina es la única opción para tener soberanía alimentaria, lo que implica también soberanía tecnológica. En Bolivia, durante un poco más de 10 años con el gobierno del presidente Morales, se ha dado pasos muy importantes

en la construcción de políticas públicas, leyes y otros, pero que no están terminadas debido al golpe de Estado en octubre del 2019, pero tenemos la fe y esperanza que estos procesos son irreversibles por el empoderamiento de la sociedad boliviana, principalmente indígena campesina. Como centro universitario y como académicos, hemos aportado a este importante proceso de cambios. Ahora más que nunca la alternativa es la producción agroecológica porque garantiza, según muchas investigaciones, el fortalecimiento del sistema inmunológico de las personas, ante la producción con agroquímicos o con transgénico, que el gobierno de facto y transitorio ahora quiere hacer aprobar transgénicos en el maíz y algodón, además de un evento nuevo de soya transgénica.

### **Silvia Fernandes**

¿En su análisis como la política pública en Bolivia y en la América Latina contribuyen para soberanía alimentaria?

### **Freddy Delgado Burgoa**

En Bolivia, las políticas públicas en seguridad y soberanía alimentaria han tenido avances fundamentales hasta octubre del 2019, con la aprobación de varias leyes como la ley marco de la madre tierra y el desarrollo integral para vivir bien, la ley de agroecología, la ley de organizaciones económicas campesinas y comunitarias, decretos, programa y proyectos a nivel nacional, departamental y municipal. Por mi experiencia, puedo afirmar que estos procesos son de mediano y largo plazo, habiendo avances y retrocesos. Los resultados más visibles están en los niveles locales como son los gobiernos municipales.

### **Silvia Fernandes**

En los actuales gobiernos en distintos países en Latinoamérica vemos un retroceso o estagnación en la política de soberanía alimentaria. Por otro lado los movimientos sociales tienen erguido la voz en defensa de las políticas de seguridad y soberanía alimentaria. Como ves este escenario actual?

### **Freddy Delgado Burgoa**

Coincidimos en que en América Latina hay un estancamiento de las políticas de soberanía alimentaria, con excepción del caso de México, en el que la soberanía alimentaria está muy relacionada con sistemas alimentarios insostenibles. Conocemos el caso del Programa y Red del Patrimonio Biocultural financiado por el CONACYT. Creo que el resto de los países han retrocedido varios años con el impulso al sistema alimentario agroindustrial debido a cambios de gobiernos que con enfoque neoliberal. Brasil y Bolivia, son dos ejemplos donde gobiernos conservadores y neoliberales, restringen toda acción para ejercer la soberanía alimentaria, además de suspender políticas muy favorables que han sido construidas en los cortos períodos democráticos que se han tenido, pues se requiere por lo menos 30 años para consolidar los avances.

### **Silvia Fernandes**

En varias palestras y entrevistas tienes afirmado que su familia y la ascendencia indígena posibilitan la construcción de una cosmovisión desde la perspectiva de los pueblos indígenas. Cuenta-nos un poco de esa relación, por favor.

### **Freddy Delgado Burgoa**

Mi madre ha tenido mucha influencia para que yo decida ser ingeniero agrónomo, por nuestra relación con un pueblo indígena ancestral reconocidos mundialmente como expertos médicos tradicionales (la cultura Kallawaya). Las migraciones del campo a la ciudad por razones de estudios superiores y otros factores, han determinado cambios de vida de mucha gente y por ende cambios en la cultura alimentaria y cosmovisiones ancestrales. En mi caso, yo nací en la ciudad de La Paz y mi vida ha estado entre la ciudad y visitas en vacaciones nuestro pueblo Charazani. En la carrera de agronomía en Cochabamba, de donde he salido profesional, el enfoque ha sido el rechazo de todo lo que viene de los pueblos indígenas campesinos y una búsqueda desesperada de la modernidad y el desarrollo relacionado a la vida material, dejando lo espiritual y lo social. La formación está todavía basada en la revolución verde y ahora los transgénicos. AGRUCO, nace el año 1995 con un enfoque diferente: agroecológico pero con poco conocimiento de los saberes ancestrales y de la gran riqueza y sabiduría de cultivos andinos, desde su producción, transformación y consumo. Durante años trabajamos aprendiendo de estos pueblos desde una visión holística, hasta proponer un enfoque transdisciplinar y participativo de la investigación en diálogo con los saberes locales y ancestrales. Estos procesos con estudiantes de pregrado y postgrado, logran consolidar programas de licenciatura, especialidad, maestría y doctorado en agroecología, diálogo de saberes y nuevos paradigmas de las ciencias y el desarrollo. Además que con este enfoque, se incide fuertemente en las políticas públicas de Bolivia desde el 2005 que por primera vez asume la presidencia un indígena. Aportamos en la nueva constitución política del Estado aprobada el 2009 y en leyes fundamentales como la ley marco de la madre tierra para vivir bien, la ley de agroecología y otras. Se han formado a dirigentes, autoridades locales y nacionales en todos estos 33 años con este enfoque y en nuestros programas de investigación y formación. AGRUCO tuvo un impacto no sólo en Bolivia sino a nivel internacional por nuestra participación en programa como COMPAS y CAPTURED donde participaban países de América Latina, África e India. Espero que el proceso continúe tanto en la universidad pública y en el Estado Boliviano.

### **Silvia Fernandes**

Para cerrar... ¿A qué proyectos se dedica actualmente?

### **Freddy Delgado Burgoa**

Trabajo en una ONG denominada Comunidad Pluricultural Andino Amazónica para la Sustentabilidad. Coordinamos dos proyectos en Sudamérica con la Universidad de Berna Suiza: 1) Proyecto de sustentabilidad alimentaria en Sudamérica (Bolivia, Colombia y Brasil) y África (Kenia, Zambia y Ghana). 2) Biodiversidad de montañas y objetivos de desarrollo sustentable en Bolivia, Tanzania y Nepal. En ambos se apoyan tesis doctorales en coordinación con universidades locales. También se apoyan acciones pilotos para la transformación de la sustentabilidad alimentaria. Soy secretario técnico de la Red Glocal de Sustentabilidad Alimentaria para América Latina, en el que participan varias universidades brasileñas. En la página web de COMPAS-Bolivia se puede ver más detalles de nuestro trabajo ([compasbolivia.org](http://compasbolivia.org))

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Agricultura 12, 34, 35, 38, 40, 45, 52, 78, 91, 95, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 108, 110, 120, 121, 129, 131, 135, 136, 141, 142, 143, 144, 178, 180, 181, 182, 198

Agroecologia 3, 4, 10, 12, 13, 15, 17, 18, 51, 52, 54, 77, 78, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 97, 98, 99, 101, 106, 109, 114, 118, 119, 120, 121, 129, 130, 131, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 206, 207, 208, 209

Agroecológica 13, 15, 16, 17, 45, 63, 65, 82, 87, 97, 101, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 118, 131, 180, 181, 185, 191, 192, 198, 199

Agroecológicas 10, 17, 18, 58, 63, 71, 78, 85, 86, 95, 108, 117, 121, 178, 179, 185, 192

Agronegócio 11, 13, 38, 51, 55, 119, 120, 129, 179, 180, 181, 183, 184

Alimentação 12, 45, 48, 77, 79, 87, 90, 93, 94, 102, 103, 105, 113, 114, 116, 121, 184, 192, 193

Alimentar 3, 4, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 36, 41, 45, 50, 51, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 128, 130, 177, 180, 181, 183, 185, 186, 192, 197, 206, 207, 208, 209

Alimentos 11, 12, 13, 15, 17, 45, 46, 48, 50, 54, 58, 73, 79, 82, 83, 89, 90, 94, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 123, 128, 130, 131, 178, 179, 181, 182, 192, 193, 194

Alunos 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 184

Ambiental 11, 13, 19, 53, 58, 75, 94, 103, 105, 107, 108, 119, 138, 179, 185, 195, 207

Ambiente 12, 14, 38, 45, 53, 55, 73, 78, 87, 105, 106, 109, 111, 119, 120, 123, 135, 170, 179, 180, 181, 182, 186, 193, 194, 198

Assentados 17, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 54, 121, 128, 184, 193

Assentamento 10, 15, 16, 17, 19, 31, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 53, 54, 55, 89, 91, 99, 110, 117, 118, 120, 121, 128, 129, 130, 131, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193

Assentamentos 3, 4, 9, 10, 15, 16, 17, 19, 31, 40, 41, 42, 43, 44, 51, 53, 55, 107, 108, 109, 120, 121, 129, 131, 177, 178, 184, 185, 192, 195

## C

Campesina 12, 105, 106, 108, 114, 115, 116, 135, 178, 180, 181, 191, 195, 198, 199

Campo 3, 4, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 32, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 52, 61, 63, 64, 73, 78, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 156, 157, 161, 168, 172, 177, 179, 181, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 194, 195, 197, 200, 207, 208, 209

Camponeses 12, 13, 40, 41, 44, 51, 101, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 113, 114, 129, 130, 180

Caravana 17, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99  
Caravana Quilombola 17, 78, 80, 83, 84, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99  
Ciências 13, 15, 53, 54, 98, 99, 101, 116, 169, 192, 194, 195, 207, 208  
Comunidades 3, 4, 15, 16, 17, 26, 69, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 109, 120, 198, 206, 207, 208  
Comunidades Negras 17, 78, 79, 82, 88, 89, 95, 96, 97, 98, 206, 207, 208  
Consumidores 13, 17, 45, 58, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 101, 102, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 179  
Consumo 9, 13, 17, 58, 60, 61, 63, 65, 66, 69, 71, 75, 82, 93, 101, 102, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 124, 181, 200  
Consumo Responsável 9, 17, 101, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116  
Cooperação 10, 18, 39, 79, 101, 104, 121, 123, 130, 166, 177, 178, 179, 180, 184, 185, 188, 191, 192, 193, 195  
Cultura 17, 34, 39, 54, 55, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 96, 97, 118, 119, 135, 137, 150, 153, 155, 166, 175, 197, 198, 200, 206  
Cultural 58, 79, 82, 91, 92, 94, 105, 107, 119, 129, 147, 155, 163, 168, 171, 179, 185, 186, 189, 191, 193  
Culturas 19, 39, 106, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 167

## D

Diálogo 58, 60, 72, 73, 74, 79, 80, 84, 85, 95, 109, 121, 129, 181, 194, 195, 198, 200  
Direitos 4, 11, 27, 44, 79, 84, 87, 89, 90, 94, 96, 102, 156, 165, 166, 168, 169, 180, 208

## E

Economía 9, 16, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 73, 74, 76, 135  
Economía Solidaria 9, 16, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 73, 74  
Educação 3, 4, 12, 13, 15, 18, 54, 76, 78, 80, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 99, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 131, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 205, 206, 207, 208, 209  
Educativa 18, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 167, 170, 172, 175  
Ensino Médio 17, 18, 134, 158, 159, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 191

## F

Famílias 11, 19, 30, 41, 42, 43, 45, 53, 91, 102, 106, 108, 109, 110, 117, 118, 121, 122, 123, 128, 129, 130  
Fome 12, 102, 103, 104, 105, 178, 179, 181

## G

Geografia 133, 134, 135, 136, 149, 150, 151, 152, 205

## I

Indígena 10, 16, 18, 20, 26, 29, 31, 36, 53, 54, 83, 87, 197, 198, 199, 200  
Indígenas 12, 13, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 51, 85, 106, 179, 180, 198, 200  
Índios 22, 23, 25, 26, 27, 28, 31

## M

Mata 9, 17, 21, 25, 27, 35, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99  
Mercado 39, 50, 51, 57, 61, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 109, 111, 119, 129, 141, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 166, 170, 173, 178  
Movimentos 11, 12, 13, 16, 17, 40, 45, 51, 55, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 93, 94, 102, 104, 105, 106, 107, 113, 114, 115, 119, 156, 163, 178, 180, 183, 184, 191, 194, 195, 207  
Movimentos Sociais 11, 40, 45, 51, 55, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 93, 104, 105, 107, 113, 114, 119, 156, 183, 184, 194, 195, 207  
Mulheres 21, 25, 36, 43, 44, 52, 54, 55, 85, 86, 91, 92, 94, 106, 110, 112, 118, 179, 180, 181

## N

Natureza 11, 13, 17, 23, 39, 55, 87, 91, 119, 120, 169, 171, 178, 181  
Nutricional 4, 15, 17, 18, 78, 79, 80, 81, 97, 98, 103, 107, 109, 117, 118, 130, 177, 186, 192, 197, 206, 207, 208, 209

## P

Pandemia 11, 12, 13, 14, 104, 105, 107, 108, 111, 197  
Políticas 11, 12, 13, 15, 18, 24, 26, 31, 44, 51, 55, 56, 74, 79, 81, 84, 93, 94, 101, 103, 104, 105, 107, 113, 120, 129, 135, 138, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 165, 166, 168, 173, 175, 181, 197, 199, 200, 207, 209  
Políticas Públicas 15, 18, 24, 44, 56, 79, 81, 84, 94, 101, 103, 104, 105, 157, 197, 199, 200, 207, 209  
Populares 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 95, 96, 99, 119, 163, 178, 184, 188, 191  
Povos 17, 19, 22, 26, 28, 31, 78, 80, 85, 86, 94, 95, 106, 130, 155, 180, 181, 206, 207  
Prática 12, 80, 82, 85, 119, 120, 121, 129, 131, 161, 162, 165, 168, 169, 170, 174, 178, 179, 181, 194  
Produção 3, 4, 9, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 25, 31, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 77, 78, 79, 80, 84, 90, 91, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 128, 129, 130, 160, 161, 178, 179, 181, 182, 192, 194, 195  
Produtores 13, 17, 18, 45, 101, 102, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113  
Promissão 9, 15, 16, 19, 27, 31, 32, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 53, 54, 55

**Q**

Quilombolas 17, 78, 79, 81, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 110, 112, 114, 206, 207, 208

**R**

Reforma Agrária 10, 12, 13, 15, 17, 37, 40, 41, 44, 51, 53, 55, 86, 94, 95, 102, 106, 107, 109, 110, 117, 119, 120, 121, 129, 131, 177, 178, 179, 180, 181, 185, 186, 187, 195

Rotas 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95

Rurais 13, 15, 17, 18, 23, 25, 34, 40, 44, 53, 54, 55, 77, 78, 79, 82, 84, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 108, 114, 117, 178, 180, 184, 191, 195, 206, 207, 208

**S**

Segurança 9, 12, 15, 17, 18, 25, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 105, 106, 107, 115, 117, 118, 130, 177, 181, 192, 197, 206, 207, 208, 209

Segurança Alimentar 9, 15, 17, 18, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 89, 94, 95, 97, 98, 102, 103, 105, 107, 115, 117, 118, 130, 177, 181, 192, 197, 206, 207, 208, 209

Soberania 3, 4, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 130, 154, 177, 180, 181, 183, 185, 186, 192, 197, 206, 207, 208

Soberania Alimentar 3, 4, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 79, 80, 83, 88, 89, 90, 94, 96, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 113, 114, 115, 116, 119, 177, 180, 181, 183, 185, 186, 192, 206

Sociais 4, 11, 15, 17, 18, 40, 41, 44, 45, 46, 51, 53, 54, 55, 75, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 93, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 118, 119, 130, 150, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 192, 193, 194, 195, 197, 207, 208, 209

Solo 34, 39, 40, 49, 50, 117, 119, 120, 121, 122, 128, 129, 131, 137, 143, 146, 147, 182

Sustentável 101, 103, 106, 109, 116, 131, 179, 180, 182, 194, 195, 197, 206

**T**

Tecnologias 4, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 40, 46, 75, 77, 78, 83, 90, 93, 113, 118, 119, 153, 167, 169, 177, 182, 186, 197, 207, 208, 209

Territorial 9, 15, 19, 31, 56, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 93, 101, 109, 139, 197, 207, 208, 209

Territorio 9, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 75, 139, 151, 206

Território 10, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 31, 32, 36, 42, 46, 51, 79, 80, 84, 85, 86, 91, 93, 98, 110, 113, 117, 119, 121, 154, 179

Territórios 9, 15, 16, 17, 19, 24, 30, 31, 36, 77, 79, 80, 83, 85, 87, 89, 93, 94, 97, 98, 101, 106, 109, 110, 129, 130, 207

Trabalhadores 13, 23, 24, 27, 36, 37, 41, 43, 52, 77, 78, 84, 91, 102, 107, 113, 114, 117, 158, 160, 161, 178, 179, 180, 183, 184, 191, 193

# SOBRE OS AUTORES

## **Bruno Michel da Costa Mercúrio**

Discente de Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Educação, Unesp, Câmpus de Marília. e-mail: bmercurio@gmail.com

## **Diego García Monteagudo**

Licenciado en Geografía. Máster Universitario en Formación del Profesorado de Educación Secundaria y Máster Universitario en Investigación en Didácticas Específicas. Doctor Internacional en Didácticas Específicas por la Universitat de València. Las investigaciones se enmarcan dentro del Grupo de Investigación e Innovación en Educación Geográfica e Histórica, SOCIAL(S), adscrito al Departamento de Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales de la Facultat de Magisteri de la Universitat de València. La principal línea de investigación trata sobre las representaciones sociales e identidades espaciales, centrada en el diagnóstico de los obstáculos de aprendizaje del alumnado y del profesorado desde la Educación Infantil hasta niveles universitarios. E-mail: diego.Garcia-Monteagudo@uv.es

## **Emilia Lucero Rodriguez**

Profesora de Primaria normalista. Miembro del colectivo Huerteras Urbanas. Correo: emiliaj.luceroordz@yahoo.com.mx

## **Iara Milreu Lavratti**

Pós-graduanda no Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), Unesp Marília; e-mail: iaralavratti@yahoo.com

## **Ingrid Estrada Paulin**

É mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional de Ensino de Sociologia (Prof socio/UNESP-FFC) com pesquisa intitulada: Questão alimentar nos livros didáticos de Sociologia: Fome, Reforma Agrária e Soberania Alimentar. É Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela UNESP/Marília (2018). É membra do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA – Unesp) e da direção da Associação Ambientalista de Marília – Origem. É conselheira titular no CAE (Conselho de Alimentação Escolar) de Marília e representante discente da Unesp no CADES (Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável). E-mail: iaralavratti@yahoo.com

## **Isabela Leão Ponce Pasini**

Licenciada em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal

de Viçosa (UFV). Tem experiência em pesquisas e trabalhos referentes à Questão Agrária, Agroecologia, Soberania Alimentar, Conflitos Socioambientais e Territoriais e Povos e Comunidades Tradicionais. Participa como pesquisadora colaboradora do Projeto “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Negras Rurais e Quilombolas” (Chamada CNPq/MCTI N° 016/2016), com vigência até 29/02/2020. E-mail: belapasini@yahoo.com.br

### **João Henrique Souza Pires**

Doutorando no programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) Unesp Marília; e-mail: souzapires77@gmail.com.

### **José Manuel Freddy Delgado Burgoa**

Professor aposentado da Universidad Mayor de San Simón e fundador do Programa de Mestrado em Agroecologia Cultura e Desenvolvimento Sustentável do Centro Universitário AGRUCO, na Universidad San Simón, em Cochabamba, Bolívia. Atua na ONG Comunidad Pluricultural Andino Amazónica para la Sustentabilidad. E-mail: jmfreddydelgado@gmail.com

### **Juliana Merçon**

Doctora en filosofía e investigación educativa. Investigadora de la Universidad Veracruzana. Línea de investigación: Territorio, Comunidad, Aprendizaje y Acción Colectiva. Correo: jmercon@uv.mx

### **Julius Keniata Nokomo Alves Silva**

Quilombola da comunidade de Buieí (Viçosa, MG), graduado em Direito pela Universidade de Viçosa (Univiçosa); graduando em Bacharelado em Cooperativismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); participa do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Decoloniais (DGE/UFV) e integra a equipe de pesquisadores do Projeto “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Negras Rurais e Quilombolas” (Chamada CNPq/MCTI N° 016/2016), com vigência até 29 fev. 2020. E-mail: julius.silva@ufv.br

### **Laura Jarri**

Maestra en Sistemas Agroalimentarios y Agrícolas al Sur. Coordinación Universitaria para la Sustentabilidad de la Universidad Veracruzana. Correo: laura.jarri1@gmail.com

### **Loni Hensler**

Maestra en Ciencias Ambientales, Estudiante doctoral en Ciencias de la Sostenibilidad, Universidad Nacional Autónoma de México. Correo: loni.hensler@posteo.de

### **Margarita Cruces**

Miembro de la asociación civil Desarrollo Sustentable del Río Sedeño. Correo: m\_cupi@hotmail.com

### **Marilda Teles Maracci**

Graduada (Licenciatura e Bacharelado – 1987) e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCT (1999), Área de Concentração: “Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental”. Possui Especialização em Planejamento e Gestão Municipal pela UNESP/FCT (1996); Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – Instituto de Geociências (UFF/Niterói) na Área de Concentração “Ordenamento Territorial e Ambiental” (2008). Pós-doutorado pela UFF (2018) com o tema “Soberania e Segurança Alimentar nos Territórios Negros e Quilombolas”. Temas em que atua: grandes empreendimentos e conflitos socioambientais; movimentos sociais e territorialidades; povos originários, tradicionais e diálogos interepistêmicos com a Geografia; soberania e segurança alimentar nos territórios; impactos socioambientais e territoriais da mineração. É Professora Adjunta no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa (DGE/UFV) e coordenadora do Laboratório de Estudos Territoriais (LasTerras) no DGE/UFV. Coordena o Grupo Indisciplinar de Estudos e Pesquisas Decoloniais (DGE/UFV); Coordena o Projeto de pesquisa, ensino e extensão “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Negras Rurais e Quilombolas” (Chamada CNPq/MCTI N° 016/2016), com vigência até 29/02/2020. E-mail: marilda.maracci@ufv.br

### **Mário José Dias de Lima**

Estudante de graduação em Ciências Sociais. Foi bolsista de Iniciação Tecnológica ATP-B no Projeto “Tecnologias Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional: vídeo e fotografia como possibilidade de valorização de saberes em Agroecologia e Educação do Campo”, financiado pelo CNPq/MCTI, Processo n. 442813/2016-3. E-mail: mariodias496@gmail.com

### **Noemia Ramos Vieira**

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho -Campus de Presidente Prudente. É Professora Assistente Doutora na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília e professora permanente do Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, Unesp/IPPRI. É membro do Instituto de Políticas Públicas de Marília – IPPMAR e, junto à Secretaria Municipal do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico de Marília, compõe a equipe de constituição do Núcleo de Relações Internacionais da Cidade de Marília. E-mail: noemia.ramos@unesp.br

### **Paulo Eduardo Teixeira**

Professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, no Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e no Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio). Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, mestrado em História Social

pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/Franca e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: paulo.teixeira@unesp.br

### **Pedro Paulo Lima Barbosa**

Doutor em História Social pela UNESP/Assis, Pós-Doutorado em Educação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP), onde realizou estudos concernentes à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o ensino de História. É membro do Grupo de Estudos da Localidade (ELO) da USP/RP e Professor da Rede Pública do Estado de São Paulo.

### **Roberta Brangioni Fontes**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2017). Atualmente é doutoranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros/MG (Unimontes). Possui experiência docente com a Sociologia e em projetos de pesquisa e extensão relacionados às áreas da Agroecologia, Educação Popular, Juventudes, Direitos Humanos e Comunidades Tradicionais. Participa do Grupo Indisciplinar de Estudos e Pesquisas Decoloniais (DGE/UFV). É integrante da equipe de pesquisadores do Projeto “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Negras Rurais e Quilombolas” (Chamada CNPq/MCTI N° 016/2016), com vigência até 29 fev. 2020. E-mail: betabrangioni@yahoo.com.br

### **Rogério Gomes**

Mestre em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP. Graduado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar na Universidade Federal de Integração Latino-americana – UNILA. Foi pesquisador no Projeto Tecnologias sociais em Segurança Alimentar e Nutricional: Vídeo e fotografia como possibilidade de saberes em agroecologia e educação do campo, financiado pelo CNPq, e bolsista (mestrado) Centro de Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da UNESP – INTERSSAN. E-mail: rogeragro12@gmail.com

### **Rossana Castellanos**

Maestra en Biomedicina y biotecnología molecular. Coordinadora operativa de la Red Universitaria para la Sustentabilidad de la Universidad Veracruzana. Correo: roscastellanos@uv.mx

### **Silvia Aparecida de Sousa Fernandes**

Professora associada na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências. Vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI, e-mail:

sas.fernandes@unesp.br. Coordenou o Projeto “Tecnologias Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional: vídeo e fotografia como possibilidade de valorização de saberes em Agroecologia e Educação do Campo”, financiado pelo CNPq/MCTI, Processo n. 442813/2016-3, chamada N° 16/2016 MCTI/CNPq – Segurança Alimentar no âmbito dos países da UNASUL.

**Vinícius Tadeu do Carmo**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI, [vinicarmo1@gmail.com](mailto:vinicarmo1@gmail.com)

## SOBRE O LIVRO

Tiragem: Não comercializado

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 X 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 11,5/12/16/18

Arial 7,5/8/9

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)